



Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

CARLA ALESSANDRA RODRIGUES RUBIO

**REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS
DE VIOLÊNCIA: REVISÃO DE ESCOPO**

São José do Rio Preto
2023

Carla Alessandra Rodrigues Rubio

**REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE
VIOLÊNCIA: REVISÃO DE ESCOPO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Enfermagem da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, para obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: Processo de Trabalho em Saúde.

Linha de Pesquisa: Gestão e Educação em Saúde.

Grupo de Pesquisa: NEMOREGES. (Núcleo de Estudos em Morbidade Referida e Processo de Gestão em Saúde.

Financiamento: Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Sperli Gerales Santos

**São José do Rio Preto
2023**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESSE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Rubio, Carla Alessandra Rodrigues Rubio
Rede de proteção às criança e adolescente vítimas ou testemunhas de violência: Revisão de Escopo.
São José do Rio Preto; 2023.
XX p. 72 Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Enfermagem da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto.
Área de Concentração: Processo de Trabalho em Saúde
Linha de Pesquisa: Gestão e Educação em Saúde
Grupo de Pesquisa: NEMOREGES

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Sperli Geraldes Santos
1. Defesa da Criança e do Adolescente, 2. Legislação, 3. Rede de Proteção, 4. Violência, 5. Políticas Públicas, 6. Suporte Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Dra. Maria de Lourdes Sperli Geraldos Santos
Faculdade de Medicina de Rio Preto - FAMERP

Membro Efetivo 01: Prof. Dr. Paulo Henrique de Godoy Sumariva
Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP

Membro Efetivo 02: Profa. Dra. Lara Helk de Souza
Profissional Independente

Membro Suplente 01: Profa. Dra. Amena de Alcantara Ferraz
União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO

Membro Suplente 02: Profa. Dra. Margarete Ártico Baptista
Faculdade de Medicina de Rio Preto - FAMERP

São José do Rio Preto, 07/02/2023

AGRADECIMENTOS

Especialmente, à minha orientadora Professora Doutora Maria de Lourdes Sperli Geraldês Santos, pela oportunidade de ingresso no programa de Mestrado e pela dedicação e paciência no período de construção desta pesquisa, superando as dificuldades e as dores físicas para compartilhar seu conhecimento e me conduzir na metodologia científica em busca do desenvolvimento do estudo pautado na boa técnica, contribuindo de forma essencial na produção de conhecimento para enriquecer o mundo acadêmico.

À Professora Doutora Natália Sperli Geraldês Marin dos Santos Sasaki pelo suporte na reta final de concretização deste trabalho, tendo fornecido importantes subsídios para sua consolidação.

À família Geraldês pelo acolhimento e amparo pessoal na realização deste trabalho.

À minha amiga e colega da pós-graduação Daiane Brayer Moreira pelo estímulo e apoio constante ao proporcionar motivação do início ao fim deste projeto.

À minha família, especialmente, ao meu irmão Gabriel Lucas Rodrigues Rubio e minha mãe Eunice Rodrigues Rubio, pelo encorajamento nos momentos mais difíceis desta jornada, perdoando-me as ausências com muito carinho e afeto.

Aos professores, secretários e funcionários da pós-graduação da FAMERP, pelo auxílio nos momentos cruciais em cada etapa do mestrado.

À Professora Doutora Adília Maria Pires Sciarra por compartilhar seu conhecimento conosco.

À CAPES pelo financiamento deste estudo.

A todas as pessoas que de alguma forma motivaram e incentivaram a realização desta pesquisa.

Sumário

DEDICATÓRIA.....	i
LISTA DE TABELAS E QUADROS.....	ii
LISTA DE FIGURA.....	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
RESUMEN	v
APRESENTAÇÃO	vi
1. INTRODUÇÃO	1
3. OBJETIVOS.....	3
4. MÉTODO.....	3
5. RESULTADOS	6
EIXO ORGANIZACIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO	34
EIXO OPERACIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO	35
6. DISCUSSÃO.....	37
7. CONCLUSÃO.....	51
8. REFERÊNCIAS	52
9. ANEXO 1.....	57

DEDICATÓRIA

A realização de um trabalho de mestrado é marcada por desafios, obstáculos, experiências tristes e alegres intrínsecas ao caminho a ser percorrido. E trilhar esse caminho só é possível quando estamos cercados por pessoas que nos acolhem com carinho e apoiam com amor.

Por isso, dedico este estudo ao meu pai Antonio Rubio (*in memoriam*) que me ensinou desde cedo a importância da educação e à minha mãe Eunice Rodrigues Rubio que nunca poupou esforços para me proporcionar meios de acesso ao conhecimento.

Dedico ainda à minha orientadora Maria de Lourdes Sperli Geraldes Santos, pois sem ela esta realização não seria possível.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1.	Distribuição das publicações por unidade temática e categorias de análise, BVS e CAPES, 2017-2022.....	07
Tabela 2.	Distribuição das publicações por ano de publicação, 2017-2022.....	07
Tabela 3.	Distribuição dos Estudos pela área de publicação.....	08
Quadro 1.	Distribuição dos estudos segundo Autoria/Periódico/Ano de Publicação, objetivo, tipo de pesquisa e idioma.	10
Quadro 2	Distribuição dos estudos: principais resultados e contribuições, tipo de publicação e unidade temáticas e categorias de análise.	21

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma PRISMA ScR ⁽¹⁰⁾ do processo de busca e seleção dos estudos	06
-----------------	--	----

RESUMO

Objetivo: Analisar publicações sobre a rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e como esta se organiza para garantir os direitos estabelecidos na legislação brasileira. **Método:** Revisão de escopo a partir do protocolo internacional *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR). A questão de estudo foi construída através da estratégia P (população: crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência), C (conceito: rede de proteção) e C (contexto: violência). A seguir, a pergunta foi elaborada: “Como a rede de proteção se estrutura para garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência?” As buscas foram realizadas em outubro de 2022 nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no portal dos periódicos CAPES, utilizando os seguintes descritores em saúde (Decs): Criança e adolescente, violência, defesa da criança e adolescente, suporte social, vulnerabilidade, políticas públicas, estatuto da criança e adolescente, proteção da criança, legislação. O critério de elegibilidade foi qualquer tipo de publicação referente ao tema, nos idiomas inglês, português e espanhol desde o ano de 2017; na íntegra. Os estudos foram exportados para a plataforma Rayyan® para seleção revisada, atingindo 98% de compatibilidade. Posteriormente, a análise de conteúdo foi realizada e apresentada em quadro através de instrumento estruturado, contendo referência (autores, título, periódico, ano) objetivo, tipo de pesquisa, idioma, principais contribuições e conclusões, tipo de publicação. Houve classificação em duas unidades temáticas: eixo organizacional (31,5%) e operacional da rede (68,5%), subdivididos em cinco categorias de análise. **Resultados:** Compuseram a amostra final 72 publicações categorizadas em cinco unidades temáticas: Conceito (19,4%); Legislação (18,1%), Políticas Públicas (18,1%), Estratégia de Intervenção (41,7%) e Serviços Pertencentes à Rede (79,2%). **Conclusão:** A violência é um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento, principalmente, as que são praticadas contra crianças e adolescentes no âmbito doméstico. Os resultados indicam que o depoimento especial e escuta especializada devem obedecer a construção técnica capaz de coibir a revitimização e ao mesmo tempo contribuir para produção de provas. A rede de proteção deve ser organizada com ações intersetoriais e multiprofissionais alicerçadas por políticas públicas descentralizadas capazes de repercutir segundo as características regionais. Os investimentos financeiros e a capacitação profissional são itens necessários para aprimoramento das ações da rede de proteção. A responsabilidade de proteção da criança e do adolescente é de toda a sociedade, dos órgãos da administração pública e autoridades. O trabalho intersetorial entre saúde, assistência social, justiça e sociedade civil, é fundamental para efetividade do atendimento. O levantamento das lacunas nos estudos contribui para a construção de uma rede de proteção fortalecida, ágil e eficaz na elaboração dos mecanismos de proteção e intervenção para garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.

Descritores: Defesa da Criança e do Adolescente, Legislação, Rede de Proteção, Violência, Políticas Públicas, Suporte Social.

ABSTRACT

Objective: To analyze publications on the protection network for children and adolescents victims or witnesses of violence and how it is organized to guarantee the rights established in Brazilian legislation. **Method:** This is a scoping review based on the international protocol Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). The study question was constructed through the strategy P (population: child and adolescent victims or witnesses of violence), C (concept: protection network) and C (context: violence). Afterwards, the question was developed: "How is the protection network structured to guarantee the rights of children and adolescents victims or witnesses of violence? The searches were conducted in October 2022 in the databases Virtual Health Library (VHL) and the CAPES journals portal using the following health descriptors (Decs): Child and adolescent, violence, child and adolescent defense, social support, vulnerability, public policies, child and adolescent statute, child protection, legislation. The eligibility criterion was any type of publication related to the theme, in English, Portuguese, and Spanish languages since the year 2017 and in full. The studies were exported to the Rayyan® platform for reviewed selection, reaching 98% compatibility. Subsequently, the content analysis was performed and presented in a Table through a structured instrument with reference (authors, title, journal, year) objective, type of research, language, main contributions and conclusions, type of publication. Two thematic units have comprised the classification: organizational axis (31.5%) and network operational (68.5%), subdivided into five categories of analysis. **Results:** The final sample comprised 72 publications categorized into five thematic units: Concept (19.4%); Legislation (18.1%), Public Policies (18.1%), Intervention Strategy (41.7%) and Services Belonging to the Network (79.2%). **Conclusion:** Violence is a complex phenomenon and hardly to face, mainly the ones that are practiced against children and adolescents in the domestic environment. In Brazil, after the promulgation of the 1988 Federal Constitution, legal ordinances arose with the purpose of giving effectiveness to the guarantees of the rights of this population. The results have pointed out that the special testimony and specialized listening must follow a technical construction capable of guaranteeing the absence of revictimization and at the same time contribute to the production of evidence. The protection network must be organized with intersectorial and multi-professional actions supported by decentralized public policies capable of having repercussions according to regional characteristics. Financial investments and professional training are necessary items to improve the actions of the protection network. The responsibility for protecting children and adolescents is that of the whole society, the public administration agencies and the authorities. The intersectorial work among health, social assistance, justice, and civil society is fundamental for the effectiveness of the service. The survey of gaps in the studies contributes to the construction of a strengthened, agile, and effective protection network in the elaboration of protection and intervention mechanisms to guarantee the fundamental rights of children and adolescents.

Descriptors: Defense of Children and Adolescents, Legislation, Protection Network, Violence, Public Policies, Social Support.

RESUMEN

Objetivo: Analizar las publicaciones sobre la red de protección a niños y adolescentes víctimas o testigos de violencia y cómo se organiza para garantizar los derechos establecidos en la legislación brasileña. **Método:** Se trata de una revisión de alcance basada en el protocolo internacional Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). La pregunta de estudio se construyó a través de la estrategia P (población: niños y adolescentes víctimas o testigos de violencia), C (concepto: red de protección) y C (contexto: violencia), derivando la pregunta: ¿cómo se estructura la red de protección para garantizar los derechos de los niños y adolescentes víctimas o testigos de violencia? Las búsquedas se realizaron en octubre de 2022 en las bases de datos Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y en el portal de revistas CAPES utilizando los siguientes descriptores sanitarios (Decs): Niño y adolescente, violencia, defensa del niño y del adolescente, apoyo social, vulnerabilidad, políticas públicas, estatuto del niño y del adolescente, protección del niño, legislación. El criterio de elegibilidad fue cualquier tipo de publicación sobre el tema, en inglés, portugués y español desde el año 2017 y en su totalidad. Los estudios se exportaron a la plataforma Rayyan® para su selección revisada, alcanzando un 98% de compatibilidad. Posteriormente, se realizó el análisis de contenido y se presentó en una tabla a través de un instrumento estructurado que contiene referencia (autores, título, revista, año) objetivo, tipo de investigación, idioma, principales aportes y conclusiones, tipo de publicación. Hubo clasificación en dos unidades temáticas: eje organizativo (31,5%) y operativo de red (68,5%), subdivididas en cinco categorías de análisis. **Resultados:** Compusieron la muestra final 72 publicaciones categorizadas en cinco unidades temáticas: Concepto (19,4%); legislación (18,1%), políticas públicas (18,1%), estrategia de intervención (41,7%) y servicios pertenecientes a la red (79,2%). **Conclusión:** La violencia es un fenómeno complejo y difícil de afrontar, especialmente la practicada contra niños y adolescentes en el ámbito doméstico. No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 surgiram ordenamentos legais com o propósito de dar efetividade às garantias dos direitos dessa população. Los resultados indican que el testimonio especial y la escucha especializada deben seguir una construcción técnica capaz de garantizar la inexistencia de revictimización y, al mismo tiempo, contribuir a la producción de pruebas. La red de protección debe organizarse con acciones intersectoriales y multiprofesionales basadas en políticas públicas descentralizadas capaces de repercutir según las características regionales. Las inversiones financieras y la formación profesional son elementos necesarios para mejorar las actuaciones de la red de protección. La responsabilidad de proteger a los niños y adolescentes recae en toda la sociedad, los organismos de la administración pública y las autoridades. El trabajo intersectorial entre sanidad, asistencia social, justicia y sociedad civil es esencial para una atención eficaz. El relevamiento de las lagunas en los estudios contribuye a la construcción de una red de protección fortalecida, ágil y eficaz en la elaboración de mecanismos de protección e intervención para garantizar los derechos fundamentales de niños y adolescentes.

Descriptores: Defensa del Niño y del Adolescente, legislación, Red de Protección, violencia, Políticas Públicas, apoyo social.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho procurou conhecer a rede de proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no âmbito do cenário brasileiro, observando as publicações baseadas neste País diante da estrutura da rede de proteção e seus fundamentos normativos e mecanismos de ação.

Após vinte e cinco anos de atuação na advocacia e transitando pelas sinuosidades do sistema de justiça, encontramos situações nas quais crianças e adolescentes estão envolvidos em cenários de violência dos mais diversos tipos. Em que pese o progresso da legislação a partir de 1988 com a redemocratização do Brasil, ainda é possível observar que as instituições possuem dificuldades para implementar as garantias dos direitos desta população.

A observação externa dos movimentos da rede de proteção possibilitou-me perceber as dificuldades de implementação das garantias idealizadas pelo legislador para a criança e ao adolescente, e isso me causou certa inquietação a motivar a realização deste estudo na área da gestão e educação em saúde. Levou-se em conta a concepção de que a violência também é uma questão de saúde pública no tocante à prevenção, atenção e cuidados.

Na atuação profissional notamos que muitas vezes, com o intuito de garantir direitos, as instituições acabam causando revitimização por faltar o entendimento de como concretizar tais garantias existentes nas normas. Inclusive existem ocasiões em que os profissionais inseridos na rede de proteção não sabem qual o seu papel de atuação e suas consequentes responsabilidades; situação que ora causa omissão de atendimento ora causa conflito de competências.

Além disso é perceptível que a sociedade, em geral, desconhece o funcionamento da rede de proteção e como ela é acionada, fato que se torna um empecilho de entrada

para o atendimento. O desconhecimento normativo e prático do funcionamento da rede de proteção por parte da comunidade e dos profissionais que atuam em instituições públicas e privadas das diversas áreas de atendimento é o que fundamentou a realização deste estudo.

Confiamos que conhecer as publicações sobre este assunto e identificar as lacunas nas pesquisas realizadas desde o ano de 2017, contribuiremos para o fomento de novas discussões destinadas ao saneamento das omissões. Em adição, esclarecer as dúvidas sobre a rede de proteção, vislumbrando como esta rede se organiza, quais as estratégias de intervenção utilizadas atualmente e o que poderia ser melhorado para dar maior efetividade aos direitos e garantias previstos na legislação.

1. INTRODUÇÃO

Ponderando sobre o conteúdo histórico, temos que na Primeira República começou a vigorar no Brasil o Código de Menores, legislação que no geral versava sobre as crianças e adolescentes de maneira repressora e ineficiente, época em que era permitida, por exemplo, a institucionalização da criança em razão da sua pobreza por decisão do juiz de menor, inclusive com destituição do pátrio poder. Porém, uma parcela da sociedade brasileira envolvida com os direitos humanos começou articular movimentos para modificar o tratamento oferecido pelo Estado, o que mobilizou o legislador constituinte para implementação dos direitos fundamentais e posteriormente a regulamentação das garantias em 1990 com a extinção do Código de Menores pelo advento da Lei 8.069/90 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).⁽¹⁾

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) inseriu avanços no tocante as garantias dos direitos fundamentais e sociais, inclusive relacionando-os taxativamente, estabelecendo que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Sobretudo, colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.⁽²⁾

Estes princípios constitucionais serviram de parâmetro para as demais legislações que vieram posteriormente para regulamentar esses direitos das crianças e adolescentes.

O ECA garante a proteção integral destes sujeitos, sendo o marco legal mais importante para a definição de políticas públicas, incluindo a atuação do trabalho em rede de forma articulada e integrada visando criar mecanismos de proteção.⁽³⁾

Entre tantas questões complexas em torno desta população, encontram-se os direitos da criança e do adolescente que são vítimas ou testemunhas de violência. O

fenômeno da violência é reconhecido internacionalmente como um grave problema de saúde pública e de direitos humanos. Engloba todas as formas de maus tratos e danos à dignidade, saúde e desenvolvimento da criança e do adolescente, especialmente, quando se trata de negligência, violência física, sexual e psicológica que são as mais comuns.⁽⁴⁾

A violência está presente nas relações sociais e pessoais e se manifesta com contornos diversificados, com complexidade e intensidade variadas. Por isso, a organização de uma rede de proteção a partir da composição de serviços, públicos e privados, e um conjunto de estratégias são relevantes para a constituição desta rede.⁽⁵⁾

Nesta perspectiva, a Lei 13.431/2017 estabeleceu o sistema de garantias e direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e sem excluir outros tipos penais a partir da definição dos tipos de violência. Esta lei também garante o direito de depor através de escuta especializada, e nos casos de revelação espontânea da violência os órgãos de assistência social, educação, segurança pública e justiça deverão cuidar de adotar os protocolos necessários para essa garantia.⁽⁶⁾

Além do trabalho da Justiça, para o enfrentamento da violência contra a população deste estudo, torna-se necessária a implementação de políticas públicas específicas intersetoriais na área social, educação, saúde e sociedade civil com o objetivo de rompimento do ciclo de violência e superação da vulnerabilidade desta população.⁽⁷⁾

Desta forma, a atuação em rede amparada pela intersetorialidade necessita do estabelecimento de políticas públicas que priorize estes atendimentos, bem como, exige articulação dos profissionais e das instituições com o objetivo de atuação organizada para dar eficácia aos direitos das crianças e do adolescentes.⁽⁸⁾

3. OBJETIVOS

Conhecer a rede de proteção à criança e adolescente vítimas ou testemunhas de violência e analisar como essa se organiza para garantir os seus direitos no contexto brasileiro.

4. MÉTODO

Trata-se de uma revisão de literatura a partir da revisão de escopo com o objetivo de evidenciar conceitos chave de áreas determinadas da pesquisa. Elaborada partir do mapeamento das publicações disponíveis na literatura de determinado assunto e contribui para identificação de lacunas de conhecimento. ⁽⁹⁾ O estudo pautou-se no protocolo internacional *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR ⁽¹⁰⁾). Para a realização do estudo inicialmente identificou-se a questão da pesquisa, posteriormente estabeleceu-se a busca e seleção dos estudos, extração de dados e análise dos resultados^(9,11)

A questão de estudo foi construída através da estratégia PCC (população, conceito e contexto) ^(9,10). Em que neste estudo, a população foi crianças e adolescentes, o conceito foi rede de proteção no Brasil e o contexto foi violência no Brasil. A pergunta foi: “Como a rede de proteção estrutura-se para garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas violência?”

As buscas de dados foram realizadas em outubro de 2022 por dois revisores pelos portais da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e dos periódicos CAPES em todas as bases de dados indexadas. Para a busca foram utilizados os seguintes descritores indexados nos descritores em saúde (Decs. - <https://decs.bvsalud.org/>): Criança e adolescente, violência, defesa da criança e adolescente, suporte social, vulnerabilidade, políticas públicas, estatuto da criança e adolescente, proteção da criança, legislação. Para manter a coerência na busca dos estudos e evitar possíveis vieses os descritores foram utilizados

isoladamente e associados, seguindo as características de cada portal de busca. Foram utilizadas as seguintes combinações: violência and criança e adolescente and defesa da criança e adolescente; violência and criança e adolescente and suporte social; violência and criança e adolescente and políticas públicas; violência and criança e adolescente and estatuto da criança e do adolescente; violência and criança e adolescente and proteção da criança; violência and criança e adolescente and legislação. Os critérios de seleção foram artigos publicados na íntegra nos idiomas português, inglês e espanhol no período compreendido do ano 2017 em diante, de qualquer tipo. Posteriormente. Realizou-se a leitura criteriosa dos títulos e resumos para a primeira triagem.

Como critério de elegibilidade considerou-se estudos de qualquer tipo com abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa que abordasse a rede de proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no Brasil em qualquer dos idiomas citados acima.

Foram excluídas as duplicidades entre as bases de dados, os estudos que não abordavam a população específica e o tema alvo do objetivo.

Os dados foram exportados para a plataforma Rayyan, ®, software gratuito desenvolvido para auxiliar os estudos de revisão de literatura no tocante a operacionalização da seleção dos estudos. A primeira triagem foi realizada após a leitura do título e resumo, sendo selecionados aqueles que atenderam os critérios de elegibilidade e tiveram consenso entre autora e revisora. As divergências, no total de duas, foram solucionadas com a leitura na íntegra pela autora e pela revisora, decidindo-se em consenso pela inclusão dos estudos. Após a primeira triagem os artigos foram lidos na íntegra para a composição da amostra final.

A amostra final foi analisada de acordo com ano de publicação, objetivo, tipo de estudo, tipo de publicação, idioma, principais resultados e conclusão.

Os estudos foram classificados em duas unidades temáticas: eixo organizacional da rede de proteção e eixo operacional da rede de proteção, sendo subdividido em sete categorias de análise: Conceitos; legislação, políticas públicas, notificações, depoimento especial ou escuta especializada; serviços pertencentes a rede; violência. Os resultados foram apresentados em Figuras, Quadros e Tabelas e os estudos inseridos na amostra identificados como E1 a E72.

5. RESULTADOS

Encontrou-se 9.614 na busca inicial nos portais BVS e periódicos CAPES e, após a aplicação dos critérios de exclusão, pelos filtros dos portais, como ano de publicação, idiomas e textos completos; 8.319 estudos foram excluídos. Dos 1.295 restantes, após verificação de duplicidade e leitura dos títulos, foram excluídos 1.023 estudos, totalizando 272 incluídos no Rayyan®. Na plataforma foram excluídas as duplicidades, no total de 50, resultando 222 estudos analisados na íntegra dos quais foram excluídos 150 estudos, totalizando 72 estudos na amostra final (Figura 1).

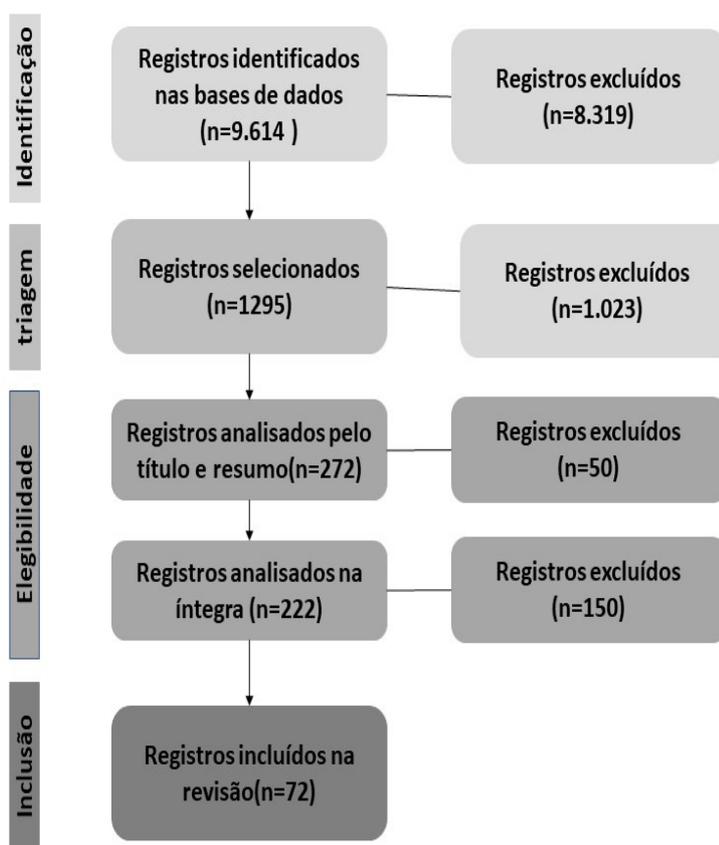


Figura 1: Fluxograma PRISMA ScR(10) do processo de busca e seleção dos estudos.

Os estudos foram separados em duas unidades temáticas, eixo organizacional da rede de proteção (31,5%) com três categorias de análise (conceito, legislação e políticas

públicas) e eixo operacional da rede de proteção (68,5%) com duas categorias de análise (serviços pertencentes a rede de proteção e estratégia de intervenção). A categoria de análise que mais apareceu foram serviços pertencentes à rede de proteção em 79,2% dos estudos. Vale ressaltar que nesta análise, os artigos foram classificados em mais de uma categoria totalizando 127 (Tabela 1).

Dos 72 estudos objetos de análise desta pesquisa; 22,2% foram publicados em 2020; 20,8% em 2021; 18% em 2022; 15,3% em 2018; 12,5% em 2017 e 11,2% em 2019. (Tabela2)

Tabela 1: Distribuição das publicações por unidade temática e categorias de análise, BVS e CAPES, 2017-2022.

Unidade Temática (N=72)	Categoria de análise	N	%	ID
Eixo Organizacional da rede de proteção	Conceito	14	19,4	E1; E9; E10; E17; E19; E20; E29; E32; E38; E40; E45; E47; E48; E58;
	Legislação	13	18,1	E1; E7; E10; E25; E26; E27; E32; E35; E42; E45; E58; E69; E71; E72
	Políticas Públicas	13	18,1	E1; E2; E5; E8; E10; E37; E40; E45; E50; E53; E62; E68; E70
Eixo operacional da rede de proteção	Estratégias de intervenção	30	41,7	E1; E2; E7 - E9; E13; E17; E20; E27; E28; E33-35; E37; E43; E44; E49; E51; E52; E54; E56; E57; E59; E60; E62; E66; E68; E69; E71; E72
	Serviços pertencentes a rede	57	79,2	E2 - E12; E14 - E19; E21 - E43; E46 - E48; E50; E53 - E55; E59 - E68

Tabela 2: Distribuição das publicações por ano de publicação, 2017-2022.

Ano de Publicação N=72	N	%	ID
2017	09	12,5	E16, E20, E21, E22, E33, E34, E43, E67, E71
2018	11	15,30	E10, E15, E19, E23, E32, E50, E54, E63, E64, E65, E66

2019	08	11,20	E08, E26, E41, E46, E46, E49, E61, E62
2020	16	22,20	E14, E17, E18, E24, E25, E31, E35, E36, E38, E53, E56 - E60, E72
2021	15	20,80	E04, E13, E28, E30, E37, E42, E44, E45, E47, E51, E52, E55, E68 - E70
2022	13	18	E01, E02, E03, E05 - E07, E09, E11, E12, E27, E29, E39, E40

Quanto ao idioma, 93,1% foram publicados em português. Quanto ao tipo de pesquisa, 91,65% são qualitativas, 4,15% quanti-qualitativas e 2,8% quantitativa e 1,4% artigo de reflexão. No tocante ao tipo de publicação, o resultado foi de 88,9% de artigos científicos; 9,7% foram teses e 1,4% artigo de reflexão. Referente às áreas checadas pelo portal da CAPES, obteve-se como resultado de que a maior produção foi na Saúde com 41,65%, seguida da Psicologia com 23,6% e Ciências Humanas com 15,3%. (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição dos Estudos pela área de publicação.

Área de publicação	n	%	ID
Ciências Humanas	11	15,30	E03, E14, E19, E20, E32, E35, E36, E40, E45, E46, E51
Educação	4	5,50	E08, E10, E31, E42,
Jurídica	2	2,80	E26, E27,
Multidisciplinares	3	4,20	E17, E41, E53
Psicologia	17	23,60	E02, E06, E09, E12, E13, E21, E28, E47, E49, E52, E56, E59, E60, E63, E68 - E71
Saúde	30	41,65	E01, E05, E11, E15, E16, E18, E22, E24, E25, E29, E30, E33, E37 - E39, E43, E44, E48, E50, E54, E55, E57, E58, E61, E62, E64-E67, E70
Serviço social	5	6,95	E4, E7, E23, E34, E72.

Para demonstração dos resultados optou-se pela construção de dois Quadros, sendo que o Quadro 1 mostra a análise dos estudos de acordo com autoria/título, objetivo, tipo de pesquisa e idioma de publicação. O Quadro 2 traz a distribuição dos estudos de acordo com os principais resultados e contribuições, tipo de publicação, unidade temática e categoria de publicações dos estudos realizamos uma classificação pela principal área do periódico através de análise.

Quadro 1- Distribuição dos estudos segundo Autoria/Periódico/Ano de Publicação, objetivo, tipo de pesquisa e idioma.

ID	FONTE	OBJETIVO	TIPO DE PESQUISA	IDIOMA
E16	Montezuma MA. Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência.	Analisar as abordagens da alienação parental a partir das dimensões conceitual, de poder e operativa.	Pesquisa qualitativa	Português
E20	Von Hohendorff, J., & Dapieve Patias, N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo.	Descrever os conceitos de violência sexual, suas consequências e indicações de manejo.	Pesquisa qualitativa	Português
E21	Macedo EOS; Conceição MIG. Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência: o psicólogo e a rede de atenção.	Discutir o atendimento psicossocial oferecido à criança e adolescente em situação de violência.	Pesquisa qualitativa	Português
E22	Galindo NAL et.al. Violência Infanto-Juvenil sob a ótica da enfermagem.	Analisar o conhecimento dos enfermeiros sobre os tipos de violência infanto-juvenil.	Pesquisa qualitativa	Português
E33	de Melo RA, Souza S de L, Bezerra CS. Assistência de enfermagem a crianças e adolescentes em situação de violência doméstica na visão de graduandos de enfermagem.	Compreender a assistência de enfermagem à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica.	Pesquisa qualitativa	Português
E34	Martins A. Violência sexual contra crianças: a proteção integral e materialização dos crimes sexuais.	Analisar o sistema de avaliação e realização dos atendimentos e encaminhamentos nas investigações de crimes de violência sexual contra crianças no tocante a coleta de prova material.	Pesquisa qualitativa	Português
E43	Silva Junior, GB; et.al. Identificação e Notificação de maus-tratos em crianças	Analisar os fatores associados à identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes no	Pesquisa qualitativa	Português

	e adolescentes por médicos da família no Ceará.	exercício da prática de médicos que atuam na atenção primária.		
E67	Carlos, DM. A rede de cuidado das famílias envolvidas na violência contra crianças e adolescentes: a perspectiva da Atenção Primária à Saúde.	Contribuir para a compreensão da rede de atenção às famílias envolvidas em violência familiar contra crianças e adolescentes na perspectiva da Atenção Primária à Saúde (APS).	Pesquisa qualitativa	Português
E71	Cezar, PK et. al. Registros de Notificação Compulsória de Violência Envolvendo Crianças e Adolescentes.	Apresentar dados epidemiológicos de notificações compulsórias da violência na faixa etária da infância e da adolescência	Pesquisa qualitativa	Português
E50	Sena CA, Silva MA, Falbo Neto GH. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012- 2013.	Identificar a incidência da violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco.	Pesquisa qualitativa-quantitativa	Português.
E10	Cacau L. et.al. A política pública de educação e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus/AM: desafios diante das legislações.	Compreender quais são as responsabilidades da política pública de educação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes com base na Lei nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.603/2018.	Estudo qualitativo	Português.
E15	Arruda da Silva P, et. Al. Proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência: a visão dos profissionais de um serviço especializado.	Conhecer os obstáculos enfrentados pelos profissionais para trabalhar em rede e desafios do trabalho dos profissionais no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).	Pesquisa qualitativa	Inglês.
E19	Campos, H. R., Abreu, M. A., & Paiva, M. O. Violação de direitos de crianças e adolescentes: elementos para uma reflexão metodológica na pesquisa social.	Analisar a produção de conhecimento na pesquisa social com foco em pesquisas no Programa SOS Criança.	Pesquisa qualitativa	Português

E23	De Paula CS. Os desafios na materialização do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no âmbito da política de assistência social.	Analisar como se configuram as concepções de violência sexual, intervenções profissionais e fluxo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.	Pesquisa qualitativa	Português
E32	Dias F da V. O estupro de vulnerável na perspectiva da proteção integral de direitos a crianças e adolescentes – a uniformização da interpretação do Superior Tribunal de Justiça.	Analisar estupro de vulnerável e as questões jurisprudenciais do STJ e sua uniformização recente.	Pesquisa qualitativa	Português
E54	Lira, SVG. et.al. Articulação entre o Conselho Tutelar e o Setor saúde no enfrentamento à violência intrafamiliar.	Analisar, com base na visão de conselheiros tutelares, a articulação do conselho tutelar com o setor saúde.	Pesquisa qualitativa	Português
E63	Correia, PC. et. al. Em nome da proteção de crianças, adolescentes e seus direitos violados.	Analisar as práticas e discursos que atravessam o fazer dos profissionais do sistema de justiça que, em nome da proteção e do cuidado.	Pesquisa qualitativa	Português
E64	Acioli, RML et. al. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife.	Avaliar a estrutura e o processo dos acolhimentos institucionais para proteção de crianças e adolescentes vítimas de abandono e/ou violência.	Pesquisa quantitativa	Português
E65	Santos, EP. Potencialidades e limites dos documentos municipais de saúde para o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes.	Compreender as potencialidades e os limites dos documentos municipais de gestão em saúde.	Pesquisa qualitativa	Português
E66	Guimarães, MR. Criança e adolescente em situação de violência: o desafio da atenção integral da intersetorialidade.	Conhecer as ações e estratégias de atenção integral à criança e ao adolescente vítimas de violência.	Pesquisa quantitativa e qualitativa	Português
E8	Rocha SC; Lima PM. Educação, sistema de Justiça e as peças que compõe as	Reflexão a partir dos estudos realizados no Núcleo de Estudos e Pesquisas Vida e Cuidado (NUVIC).	Pesquisa qualitativa	Português

	Políticas Públicas para a proteção, defesa e garantia dos direitos à infância.			
E26	Santos DM, Veronese JRP. A proteção integral e o enfrentamento de vulnerabilidades infanto-adolescentes.	Analisar em que condições a proteção integral é ferramenta hábil ao enfrentamento de vulnerabilidades intrínsecas e socioeconômicas infanto-adolescentes.	Pesquisa qualitativa	Português
E41	Silva FJD, Andrade MCM. A violência institucional contra crianças, adolescentes e suas famílias: contexto histórico e perspectivas para a psicologia brasileira.	Rever concepções acerca da violência institucional contra crianças e adolescentes.	Pesquisa qualitativa	Português
E46	Leal EL. Proteção Social de Crianças e Adolescentes: um olhar através da observação do participante.	Analisar as possíveis contribuições de um programa de Proteção Social.	Pesquisa qualitativa	Português
E49	Blasbalg, U. et.al. O apoio do entrevistador está associado à redução da relutância e ao aumento da informação das supostas vítimas de abuso infantil.	Estudar a entrevista investigativa. (Protocolo Revised National Institute of Child Health and Human Development).	Pesquisa qualitativa	Português.
E61	Acoli RML et. Al. Tempo de acolhimento e características dos adolescentes acolhidos por tipo de serviços institucionais. Recife, Brasil, 2009-2013.	Analisar o tempo de acolhimento e as características dos adolescentes em serviços de acolhimento institucionais.	Pesquisa quantitativa	Português
E62	Franceschini MCT. A construção da intersetorialidade: o caso da rede intersetorial Guarulhos cidade que protege.	Estudar como as práticas intersetoriais e o trabalho em rede estão sendo incorporadas na Rede Intersetorial Guarulhos.	Pesquisa qualitativa	Português
E14	Faraj SP et.al. Escola como um espaço de prevenção da violência: um relato de experiência.	Relatar experiência de oficinas de prevenção à violência com mães e/ou responsáveis de alunos de séries iniciais	Pesquisa qualitativa	Português

		de duas escolas de um município do Estado do RS.		
E17	Paixão ES; Souza Neto JC. O abuso sexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno.	Analisar o fenômeno da violação de direitos no que diz respeito ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente.	Pesquisa qualitativa	Português
E18	Touso MFS et.al. O estudante de medicina em ação: promovendo fatores de proteção à violência sexual em crianças.	Analisar as repercussões de atividades de educação em saúde sobre a violência sexual com crianças em situação de vulnerabilidade social.	Pesquisa qualitativa	Inglês
E24	Nunes LS. Abuso Infantil: Significados e condutas de dentistas da estratégia saúde da família de Belo Horizonte – Um estudo qualitativo.	Desenvolver um modelo teórico substantivo que permitisse compreender as dificuldades dos dentistas em identificar e notificar casos de abuso infantil entre seus pacientes.	Pesquisa Qualitativa	Português
E25	Ziba Vaghri, Maureen Samms-Vaughan. Responsabilidade na proteção de criança contra a violência: monitoramento e medição.	Contextualizar a responsabilidade de proteger a criança contra violência para finalidade de prevenção, definição de programas sociais, intervenções e ações.	Pesquisa qualitativa	Inglês
E31	Oliveira M de, Silva FGO da, maio ER. Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia.	Debater o papel da instituição escolar na proteção de crianças e de adolescentes contra experiências de violência sexual.	Pesquisa qualitativa	Português.
E35	Arend SMF, Lohn RL. Sobre a oitiva de crianças e adolescentes na justiça: protagonismo em debate (1989-2017).	Analisar a introdução da oitiva no sistema de Justiça de acordo com o preconizado na legislação nacional e internacional.	Pesquisa qualitativa	Português
E36	Mendes MCF, Moura AA de, Aragão M da PA. A prática de professores da Educação Infantil como ação preventiva da violência sexual de crianças.	Refletir sobre a prática docente para o combate ao abuso e a exploração sexual de crianças.	Pesquisa qualitativa	Português

E38	Lopes G dos SM, Lewgoy AMB, Marques MF. Violência intrafamiliar na Infância e Adolescência: a percepção dos profissionais de saúde residentes na formação em serviço.	Apresentar a percepção dos Profissionais de Saúde Residentes (PSR) de como a formação em serviço contribui no trabalho profissional, diante da violência intrafamiliar contra as crianças e os adolescentes.	Pesquisa qualitativa	Português
E48	Melo RA et.al. Rede de proteção na assistência às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência.	Compreender a atuação da rede de proteção às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência intrafamiliar.	Pesquisa qualitativa	Português
E53	Alves da Silva R, de Oliveira Alves A, Beraldo Gonçalves NC. Reflexões sobre a trajetória da Assistência Social nas políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de violência doméstica.	Discutir sobre a trajetória da Assistência Social no que se refere às políticas de atendimento destinadas às crianças e aos adolescentes em situação de violência doméstica.	Pesquisa qualitativa	Português
E56	Aznar-Blefari C. et. al. Atuação de Psicólogos em Alegações de Violência Sexual: Boas Práticas nas Entrevistas de Crianças e Adolescentes.	Abordar e diferenciar a atuação do psicólogo/a em alegações de violência sexual contra crianças e adolescentes na escuta especializada, no depoimento especial e na perícia psicológica.	Pesquisa qualitativa	Português
E57	Platt VB; Guedert JM; Salema EB. Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia.	Avaliar e comparar as notificações compulsórias de violências interpessoais/autoprovocadas disponíveis no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Estado de Santa Catarina, pré e pós-pandemia do novo coronavírus	Pesquisa qualitativa	Inglês
E58	Trindade AA; Hohendorff JV. Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a criança e adolescente.	Verificar se as redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco estão organizadas	Pesquisa qualitativa	Português

		para efetivar a Lei Menino Bernardo (Lei no 13.010/2014)		
E59	Correa F; Hohendorff JV. Atuação da Delegacia de Proteção à criança e ao Adolescente em Casos de Violência Sexual	Compreender as ações de uma delegacia de proteção à criança e ao adolescente (DPCA) frente a casos de violência sexual.	Pesquisa qualitativa	Português
E60	Neves Nunes SA et. Al. A violência contra a criança e adolescente na perspectiva de agentes comunitários de saúde.	Investigar se Agentes Comunitários de Saúde (ACS) reconhecem sinais de violência intrafamiliar, se fazem notificação, se conhecem fatores de risco e proteção e se na sua formação receberam informações sobre essas temáticas.	Pesquisa qualitativa	Português
E72	Galvão AC et. al. Serviço Social e escuta especializada: proteção integral ou produção antecipada de provas?	Discutir as implicações de tais requisições nos espaços do assistente social atuante na Rede de Proteção de Crianças e Adolescente.	Pesquisa qualitativa	Português
E4	Couto RMB. Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua: pesquisa e políticas públicas.	Analisar os resultados de uma pesquisa realizada junto a crianças e adolescentes em instituições de acolhimento com trajetória de vida nas ruas.	Pesquisa qualitativa - quantitativa	Português
E13	Faizibaioff DS; Tardivo LSPC. Avaliação do dano psíquico associado ao depoimento especial.	Discutir um modelo de avaliação psicológica prévia ao depoimento voltada à ocorrência de danos psíquicos e vitimização.	Pesquisa qualitativa	Português.
E28	Mastroianni FC et.al. Violência sexual infantojuvenil: contribuições e responsabilidades dos profissionais de psicologia.	Conhecer e analisar a compreensão de psicólogos (as) sobre os limites, desafios e contribuições da área da psicologia na atuação contra a violência sexual infantojuvenil.	Pesquisa qualitativa	Português
E30	Serrão, BO; Santana, JP; Ferro, JSAR. "Sinto que renasci": a inserção No de	Analisar os sentidos subjetivos atribuídos ao Programa de Proteção a	Pesquisa qualitativa	Português

	adolescentes em um Programa de Proteção.	Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) por adolescentes em proteção no estado da Bahia, Brasil		
E37	Letícia Harumi Shimabukuro, Karen Namie Sakata-So, Lucimara Fabiana Fornari, Emiko Yoshikawa Egry. Políticas e programas para o enfrentamento da violência doméstica contra as crianças: Algo novo na pandemia da Covid -19?	Identificar as políticas e os programas para o reconhecimento das necessidades de saúde com enfoque na violência doméstica infantil na pandemia da Covid-19.	Pesquisa qualitativa	Português
E42	Bussinger RV, Silva RS da, Costa B de A. O processo de (des)naturalização de práticas punitivas a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente da Lei 13.010/2014.	Analisar os processos históricos de (des)naturalização da violência física contra crianças e adolescentes no âmbito familiar.	Pesquisa qualitativa	Português
E44	Ribeiro FMA, Fernandes FECV, Melo RA. Rede de Proteção a criança e adolescentes em situação de violência na visão dos profissionais.	Analisar o conhecimento dos profissionais da rede de proteção sobre crianças e adolescentes em situação de violência e a funcionalidade, desdobramentos e desfechos dessa rede.	Pesquisa qualitativa	Português
E45	Custódio AV; Cassionato ASA. A proteção de crianças e adolescentes contra castigos físicos aplicados por pais ou responsáveis.	Estudar as estratégias para o enfrentamento da violência intrafamiliar decorrente dos maus tratos contra crianças e adolescentes pela aplicação de castigos moderados através da contextualização desse tipo de violência a partir da aprovação da Lei Menino Bernardo em 2014.	Pesquisa qualitativa	Português
E47	Nunes MCA; Morais NA. Práticas Profissionais relacionadas às Demandas de Violência Sexual: Revisão da Literatura Nacional.	Descrever as práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual atendidas em diferentes contextos, como Conselho Tutelar,	Pesquisa qualitativa	Português

		Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e hospital.		
E51	Barros AS de, Machado VM, Silva EA da. Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual: da situação-limite ao inédito-viável.	Contribuir para a difusão de práticas interventivas, o presente relato descreve uma experiência de trabalho apoiada teórica e metodologicamente na Psicologia Social Comunitária e na Educação Popular.	Pesquisa qualitativa	Português
E52	Campos DC; Urnau LC. Exploração sexual de crianças e adolescentes: Reflexão sobre o papel da escola.	Analisar o papel da escola no enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	Pesquisa qualitativa	Português
E55	Marques, VJRC, et al. "Atenção Primária à Saúde e Apoio Psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica:	Avaliar a oferta de apoio psicossocial para crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica.	Pesquisa qualitativa	Português
E68	Dos Anjos LSS et al. Recebimento e encaminhamentos de notificações de casos de violência sexual pelo conselho tutelar.	Compreender os procedimentos de recebimento e encaminhamento de notificações de casos de violência sexual contra criança e adolescente realizados por conselheiros/as tutelares.	Estudo qualitativo	Português
E69	Sanson, JAS; Hohendorff, JV. Depoimento Especial a partir de Opiniões de Psicólogos Brasileiros Atuantes nessa Prática.	Discorrer sobre o depoimento especial a partir da opinião de psicólogos brasileiros atuantes na prática.	Pesquisa qualitativa	Português
E70	Ferrara, Pietro et al. "Children Witnessing Domestic and Family Violence: A Widespread Occurrence during the Coronavirus Disease 2019 (COVID-19).	Discorrer sobre a ocorrência de violência e comportamentos abusivos entre membros da família presenciados por crianças, durante a pandemia de covid19.	Pesquisa qualitativa	Inglês
E1	Moreira TNC. A atuação da Atenção Hospitalar como ponto da Rede de	Identificar e compreender as estratégias de intervenção e atuação das instituições hospitalares como ponto de atenção da	Pesquisa qualitativa	Português

	Enfrentamento à Violência contra a Criança.	Rede de enfrentamento à violência contra criança.		
E2	Silva LM et al. Intersetorialidade e políticas sociais no contexto brasileiro: desafios para a proteção integral infantojuvenil.	Discutir sobre como tem se efetivado a intersetorialidade no atendimento à crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar no Brasil.	Pesquisa qualitativa	Português
E3	Sanches MA et. al. Abuso sexual de crianças e adolescentes: em busca de um serviço eclesial no Brasil.	Analisar as posturas eclesiais que podem apresentar respostas diferentes ao enfrentamento do abuso sexual na comunidade eclesial.	Artigo de Reflexão	Português
E5	Santos RP et. al. Análise ética dos impactos da pandemia de COVID19 na saúde de crianças e adolescentes.	Examinar como as crianças e os adolescentes foram impactados pela pandemia à luz de uma análise ética.	Pesquisa qualitativa	Português
E6	Martins JS et.al. Atendimento Psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual – Percepções de psicólogas de um Creas/Paefi.	Problematizar as percepções de psicólogas de um Creas/Paefi acerca dos atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.	Pesquisa qualitativa	Português
E7	Dourado AL; Bidarra ZS. Estratégias de escuta especializada de vítimas de violência sexual em redes intersetoriais.	Demonstrar os percursos e os desafios para a definição de estratégias para a realização da entrevista de Escuta Especializada para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.	Pesquisa qualitativa	Português.
E9	Silva LM; Boarini ML. Intersetorialidade e políticas sociais no contexto brasileiro: desafios para a proteção integral infantojuvenil.	Discutir sobre como tem se efetivado a intersetorialidade no atendimento à crianças e adolescentes em situação de violência intrafamiliar no Brasil.	Pesquisa qualitativa	Português
E11	Moreira TNC. A atuação da Atenção Hospitalar com o ponto à violência contra a criança.	Identificar e compreender as estratégias de intervenção e atuação das instituições hospitalares como ponto de atenção da	Pesquisa qualitativa	Português

		Rede de enfrentamento à violência contra a criança.		
E12	Arantes EMM. Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.	Analisar as memórias sobre a institucionalização da criança e do adolescente, o contexto e as violências.	Pesquisa qualitativa	Português.
E27	Custódio AV, Cassionato ASAC. A violência sexual infanto-juvenil e o atendimento no Estado do Rio Grande do Sul.	Analisar a violência sexual contra crianças e adolescentes e a elaboração de protocolos e fluxos de atendimento das vítimas.	Pesquisa qualitativa	Português
E29	Oliveira APF et.al. Violência contra criança e adolescente e pandemia – contexto e possibilidades para profissionais da educação.	Compreender as percepções de profissionais da educação sobre as violências contra crianças e adolescentes em contexto de pandemia pela Covid-19	Pesquisa qualitativa	Português
E39	Ribeiro AC et.al. Enfrentamento das Situações de Violência contra Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Conselheiros Tutelares.	Descrever as potencialidades e limites no enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes na perspectiva de Conselheiros Tutelares.	Pesquisa qualitativa	Português
E40	ROCHA, Sílvia Cardoso; LIMA, Patrícia de Moraes. Educação, sistema de justiça e as peças que compõem as políticas públicas para a proteção, defesa e garantia dos direitos à infância.	Refletir a partir dos estudos realizados no Núcleo de Estudos e Pesquisas Vida e Cuidado (NUVIC)1 acerca da relação entre a Educação, o Sistema de Justiça e os movimentos presentes na elaboração (ou não) das políticas públicas para a proteção, defesa e garantia dos direitos à infância.	Pesquisa qualitativa	Português

Quadro 2: Distribuição dos estudos: principais resultados e contribuições, tipo de publicação e unidade temáticas e categorias de análise

ID	Principais resultados e contribuições	Tipo de publicação	Unidades Temáticas	Categorias de análise
E1	Necessidade de formação de equipes multidisciplinares e criação de protocolos com as diretrizes e normatizações orientadoras para atuação dos profissionais, com definição de condutas, registros e encaminhamento dos casos.	Tese	Eixo organizacional da rede de proteção e Eixo operacional da rede	Políticas Públicas Estratégia de intervenção
E2	Constatou a previsão da intersetorialidade nas legislações e normas como base para as ações de implementação de políticas públicas. Dificuldade para a construção de um trabalho que seja de fato intersetorial.	Artigo Científico	Eixo organizacional da rede de proteção	Políticas Públicas Legislação
E3	Procedimentos eclesiais que visem um amplo debate sobre o assunto nas comunidades e a proteção adequada das vítimas. Articulação com a rede de proteção da criança e adolescente para prevenção e denúncias de abusos sexuais.	Artigo de reflexão	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção
E4	Necessidade de investimento no suporte às famílias para fortalecimento da capacidade protetiva dos filhos. Preparação da criança e do adolescente acolhidos e retirados da situação de rua para uma vida independente quando não for possível o restabelecimento dos vínculos familiares.	Artigo Científico.	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção
E5	Os efeitos diretos da pandemia na saúde das crianças são agravados pela desigualdade social. Os efeitos indiretos agravam as desigualdades sociais com impactos futuros após a pandemia.	Artigo Científico.	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção
E6	A articulação com a rede intersetorial é parte integrante do atendimento psicossocial prestado no Creas/Paef. A falta de capacitação da equipe técnica, dificulta a clareza	Artigo Científico.	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção

	acerca do que devem fazer e como devem atuar no contexto da Assistência Social.			
E7	A estratégia inicial adotada pelo município estudado não envolveu a REDE, não resguardou a intersectorialidade, a interdisciplinaridade e o trabalho em rede.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E8	Equívocos nos dados oficiais compromete a criação de Políticas Públicas. Os profissionais da educação necessitam de capacitação que forneça ferramentas para atuação na Rede de Proteção.	Artigo Científico	Eixo organizacional da rede de proteção E Eixo operacional da rede de proteção	Políticas Públicas Serviços pertencentes a rede proteção
E9	A intersectorialidade entre os setores públicos ainda se encontra distante daquilo que é preconizado pelas diretrizes das políticas sociais.	Artigo Científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção
E10	Necessidade de apresentar o tema violência sexual contra crianças e adolescentes e as formas de combater estes tipos de crimes para proteger este grupo vulnerável.	Artigo Científico	Eixo organizacional da rede de proteção E Eixo operacional da rede de proteção	Conceito Políticas públicas Serviços pertencentes a rede proteção
E11	A rede de atenção é um desafio de integração, conectividade, reorganização de normas e protocolos de atividades, criação de espaços de gestão compartilhada e direcionamento para um objetivo único.	Tese	E Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção
E12	Negligencia com as crianças institucionalizadas, inclusive com falta de informação, sofrimentos ignorados, disciplinarização através de castigos, manutenção da criança em isolamento, abuso sexual.	Artigo Científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção
E13	O depoimento especial de crianças e adolescentes tem sido realizados por psicólogos judiciários. O mesmo psicólogo que atua previamente deve ser o entrevistador forense. A avaliação psicológica prévia à audiência não é considerada prova para o processo.	Artigo Científico	Eixo operacional da rede de proteção	Estratégia de intervenção

E14	As participantes relataram vivência de violência física em suas histórias de vida e no seu cotidiano, não possuindo recursos diferentes da punição física no disciplinamento.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção
E15	A fragmentação dos serviços da rede de atendimento às vítimas é um obstáculo para os profissionais que não conseguem dar continuidade às ações de recuperação e promoção da saúde.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede proteção
E16	Por meio da flexibilização das abordagens clínicas e legais, é possível ao Estado cumprir sua função de proteger o menor em vulnerabilidade, sem incorrer em violência institucional	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E17	O abuso sexual ainda é subnotificado quanto comparado com outros tipos de violência em razão da existência de preconceito e pacto de silêncio na maioria dos casos que ocorrem abusos acontece na esfera familiar ou na comunidade.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E18	O curso de medicina ao aplicar em suas atividades de educação em saúde a violência sexual no campo das práticas, atende à necessidade de formação humanística abrangendo a responsabilidade do profissional com elementos para agir.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E19	Dados sobre violação de direitos de crianças e adolescentes indicam que as mães aparecem ao mesmo tempo como principais cuidadoras e violadoras.	Artigo Reflexão	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Conceito Serviços pertencentes a rede de proteção
E20	A violência sexual é subnotificada e atinge muitas crianças e adolescentes. Os profissionais devem estar atentos a possíveis sinais de ocorrência da violência sexual e disponíveis para escutar a suposta vítima.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Estratégia de intervenção

E21	As ações precisam ser organizadas através de planejamento sistematizado e integrado.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E22	Os enfermeiros não se sentem capacitados para lidar com a violência, existindo uma resistência desses profissionais para realizar notificações.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E23	Para que haja a articulação entre os serviços e profissionais da rede de proteção, é necessário que todas/os envolvidos/as conheçam os princípios e eixos norteadores dos serviços executados pela rede, e também o estabelecimento de fluxos de encaminhamentos e estruturação das ações de acolhimento, atendimento, acompanhamento, prevenção e responsabilização.	Tese	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E24	Revelou a existência de um complexo cenário envolvendo questões individuais, culturais, e sociais dos profissionais para abordar os casos de abuso. Os cursos de graduação e de pós-graduação e de educação continuada não preparam adequadamente os dentistas para o enfrentamento do fenômeno.	Tese	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E25	O entendimento sobre a responsabilidade é fundamental para a concretização dos direitos das crianças.	Artigo Cientifico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Legislação Serviços pertencentes a rede de proteção
E26	Verificou-se que a potencialidade crítico-humanista da proteção integral pode ser desenvolvida e aplicada em situações como atuação institucional generalizada e efetiva em todas as crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos.	Artigo Cientifico	Eixo organizacional da rede de proteção e eixo operacional da rede de proteção	Legislação Serviços pertencentes a rede de proteção
E27	Aumento das notificações de violência sexual (SINAN) sem que o Estado tenha promovido avanço no combate à esta violência. Inexistência de protocolo de atendimento unificado. Identificou pequena atuação da	Artigo Cientifico	eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção

	rede de educação no encaminhamento de casos suspeitos.			
E28	O acolhimento e a escuta especializada são importantes contribuições da psicologia. Expectativa que muitas vezes se cria em torno da Psicologia quanto à possibilidade de comprovação da violência sexual, indicam tanto os limites da área em oferecer respostas precisas tão almejadas pelos operadores do direito, quanto pode se constituir em um elemento que dificulta o exercício profissional.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E29	A violência contra crianças e adolescentes é vislumbrada como fenômeno multidimensional pelos participantes. Pelas especificidades de maior ocorrência nas famílias, as alterações da vida impostas pela pandemia, em especial, o afastamento escolar, podem implicar no aumento de casos e maior dificuldade para identificação de violências contra essa população.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E30	Os sentidos subjetivos podem vir a se posicionar de forma distinta em diferentes contextos, sempre convergindo do social para o individual, e posicionando o sujeito como protagonista desses fatos. a ampliação da equipe técnica foi identificada como uma melhoria importante para o funcionamento do Programa.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E31	Os/as professores/as reconhecem o seu compromisso social com a denúncia, porém se sentem despreparados/as.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E32	No Tribunal de Justiça foi apurado uma visão de relatividade da violência, muitas vezes reconhecendo situações fáticas denominadas de “experiencia sexual” ou “consentimento” como fatores de escusa da conduta típica no período anterior a 2009, mas foram sustentadas mesmo após a alteração legal. A segunda visão é no	Artigo Cientifico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Conceito Legislação Serviços pertencentes a rede de proteção

	sentido de presunção absoluta de violência, afastando qualquer tipo de julgamento sobre a conduta sexual e moral da vítima.			
E33	Todos os encaminhamentos aos órgãos de proteção são considerados importantes na busca da resolução do problema e inclui a notificação dos casos suspeitos e/ou confirmados de violência. Essa conduta é um procedimento obrigatório previsto em Lei, e deve ser feita através do preenchimento da Ficha de Notificação Obrigatória de Violência ou Suspeita de Violência Contra Crianças e Adolescentes.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E34	Os resultados mostram que apesar das limitações, é possível perceber a atuação em rede no município alvo do estudo, com compreensão da importância do trabalho interdisciplinar e da produção de provas materiais para o processo judicial. Destaca-se a preocupação com a revitimização da criança e produção de provas do crime.	Tese	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção e estratégia de intervenção
E35	A metodologia de coleta de testemunho foi idealizada a partir da percepção de técnicos e operadores do Direito acerca do processo de revitimização experimentado por crianças e adolescentes ao narrarem situações de violência, especialmente as de caráter sexual.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção e estratégia de intervenção
E36	Mesmo com as percepções dos discentes e dos docentes referentes à importância da prevenção ao abuso de crianças como ação preventiva nas escolas, é a necessidade de incluir as famílias, principalmente, porque casos de abusos sexuais ocorrem frequentemente em ambientes familiares.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E37	Durante a pandemia houve redução nas denúncias de violência contra crianças e adolescentes, além da dificuldade de acesso às redes de apoio, ocasionando a subnotificação dos registros.	Artigo Cientifico	Eixo organizacional da rede de proteção	Políticas públicas Serviços pertencentes a rede de proteção

			E eixo operacional da rede de proteção	Estratégia de intervenção
E38	Os indicadores revelam maior probabilidade de as crianças e adolescentes ficarem expostos a situações de risco tendo a condição de vulnerabilidade social como fator que potencializa as ocorrências.	Artigo Cientifico	Eixo organizacional e Eixo operacional da rede de proteção	Conceito Serviços pertencentes a rede de proteção
E39	Este estudo identificou que os Conselheiros Tutelares não estão preparados adequadamente e tecnicamente para o enfrentamento da violência.	Artigo Cientifico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Políticas públicas Serviços pertencentes a rede de proteção
E40	Os profissionais da Educação carecem de uma capacitação e formação com suporte técnico e epistemológico capaz de desenvolver ferramentas potencializadoras para sua atuação na Rede de Proteção e desmistifique o medo da denúncia.	Artigo Cientifico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E41	A violência institucional aparece como defeito do Estado que deveria ajudar, mas atua legitimando as práticas eugenistas e espetaculares, criando nas famílias consideradas “ruins” um sentimento de vulnerabilidade e de angústia por não conseguir proporcionar o “correto e o benéfico” para seus integrantes.	Artigo Cientifico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Conceito Serviços pertencentes a rede de proteção
E42	O ECA trouxe significativos avanços ao processo de desnaturalização da violência física infantil, principalmente no que concerne ao papel dos profissionais da saúde e da educação ao estarem mais atentos aos sinais de violência física, para posterior notificação ao Conselho Tutelar.	Artigo Cientifico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Legislação Serviços pertencentes a rede de proteção

E43	Apresentou um resultado aquém do esperado na identificação e notificação do problema em questão. Considerando que a notificação é compulsória, os casos que passam despercebidos ou não são notificados impossibilitam a tomada de medidas para o combate e o controle do problema.	Artigo Científico	Eixo operacional da rede de proteção e	Estratégia de intervenção
E44	Os profissionais da rede de proteção reconhecem alguns tipos de violência contra criança e adolescente, mas poucos citaram a negligência como causa principal da violência. Enfatizaram que pode haver subnotificação do tipo.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Conceito Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E45	A violência física intrafamiliar está vitimizando crianças e adolescentes cotidianamente. Os julgados analisados demonstram verdadeira preocupação em proteger as crianças e adolescentes da violência que sofrem no ambiente familiar, mas as decisões são focalizadas na retribuição penal, não enfrentado as demandas de apoio social.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Conceito Legislação Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E46	O programa apresentou contribuições enquanto um ambiente que dá voz ao sujeito, garante sua expressão social e cultural, oportuniza a aquisição de habilidades de forma prazerosa, a autoconfiança e o pertencimento social.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção.
E47	Necessidade de investigações sobre os profissionais que compõem a rede de proteção, considerando suas características pessoais e como descrevem suas experiências de trabalho.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção	Conceito Políticas públicas
E48	A atuação da rede de proteção deve ser capaz de assegurar os direitos de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência, através do atendimento articulado e integrado, visando a mudança de atitudes e quebra do ciclo da violência.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Conceito Serviços pertencentes a rede proteção

E49	O protocolo revisado foi associado a um melhor suporte e questionamento do entrevistador, bem como à redução da relutância e ao aumento das informações fornecidas pelas crianças.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Estratégia de intervenção
E50	Necessidades de ampliar a pesquisa deste problema de saúde, de aprofundar o conhecimento das dificuldades das vítimas e seus familiares em notificar o abuso, de gerar políticas educativas mais eficazes para promoção da necessidade de procura dos serviços pertinentes e de assistência integral à saúde pelas vítimas, de desenvolvimento da educação profissional para detectar precocemente a vulnerabilidade das crianças e adolescentes ao risco de abuso, e de organizar e ampliar as redes sociais de apoio.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção e eixo organizacional da rede de proteção	Serviços pertencente a rede de proteção e políticas públicas
E51	As adolescentes demonstram compreensão da dinâmica da violência sexual e seus efeitos psicossociais na vida das vítimas e de suas famílias.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E52	A educação sexual não é trabalhada como um tema transversal e a sexualidade é reduzida ao enfoque do risco e vitimização, não entendida sob a perspectiva dos direitos humanos.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E53	As políticas de atendimento da Assistência Social para as crianças e adolescentes em situação de violência doméstica ainda se encontram em fase de construção de novas mediações de prevenção, enfrentamento e superação de violações, sem perder de vista as responsabilidades da Família, do Estado e da Sociedade na garantia da proteção integral.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Políticas públicas Serviços pertencentes a rede de proteção
E54	O enfrentamento da violência, principalmente contra a criança e o adolescente, desafia uma intersectorialidade resolutiva e os profissionais de saúde tendem a ficar à margem da condução e seguimento do processo. A	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção e estratégia de intervenção

	decisão de notificar não se prende somente à orientação da legislação, mas sim a aspectos de ordem da experiência e formação profissional e de estrutura e articulação da rede de proteção.			
E55	A rede de apoio possui aparato legal para proteger os direitos das crianças e adolescentes, porém se apresenta de forma desarticulada entre seus setores, fato que dificulta o apoio psicossocial às vítimas. São necessárias ações intersetoriais com o objetivo de integrar os elementos da rede de apoio para que possam oferecer um cuidado integral para as vítimas.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E56	A Psicologia tem um importante papel na escuta qualificada de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, tendo em vista que podem atuar na produção de provas nas situações de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes, seja no depoimento especial ou na perícia realizada na fase de inquérito policial ou na fase processual. O depoimento especial e a perícia psicológica são provas diferentes, uma sendo considerada testemunhal e a outra, pericial.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Estratégia de intervenção
E57	Diminuição de notificações no período de isolamento pela pandemia. Possíveis dificuldades encontradas para a procura de instituições de proteção e assistência. Necessidade de atenção da sociedade para a suspeita e evidência dos casos de violência na população infantojuvenil. Importância de incentivar as denúncias e notificações.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Estratégia de intervenção
E58	Os temas resultantes desta pesquisa indicaram a não efetivação da Lei Menino Bernardo. A violência física ainda é uma prática aceita culturalmente pela população e por alguns profissionais. o (des)conhecimento da lei pelos profissionais é o principal entrave à sua efetivação.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Legislação Serviços pertencentes a rede de proteção

E59	Após a lei 13431/2017 as Delegacias de Polícia tiveram que se preparar para o cumprimento das novas diretrizes. Porém, durante a realização do estudo notou-se dificuldades de entendimento de como seria realizado o depoimento especial, revelando divergências entre informações.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Legislação Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E60	Necessidade de atuação interdisciplinar para dar efetividade à rede de proteção e também de capacitação dos profissionais de saúde no tocante a identificação dos sinais de violência, fatores de risco e realização de notificação.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção Estratégia de intervenção
E61	Pode-se observar três perfis de acolhimento, nos quais os que atendiam vítimas de violência e abandono, em geral continham mais crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual, os serviços para adolescentes em situação de risco eram compostos mais de adolescentes usuários de drogas e com experiência de rua, enquanto o terceiro tipo de necessidades especiais acolhia a maior parte dos adolescentes com condições crônicas de saúde em situação de abandono.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E62	Os resultados indicam que as parcerias seguem a lógica da administração pública e das redes de serviços setoriais existentes, com pouca articulação com a sociedade civil. Existe potencial do trabalho em rede com a consolidação da estrutura de apoio a intersetorialidade. A gestão intersetorial é limitada por causa da fragmentação.	Tese de Doutorado	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Políticas públicas Serviços pertencentes a rede de proteção
E63	Uma demanda institucionalizada, de forma hierárquica, pode instaurar um modo de funcionamento institucional e produzir práticas opressivas na relação com as crianças, adolescentes e suas famílias.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E64	Os maiores entraves ao cumprimento das medidas protetivas previstas no ECA decorrem do uso de drogas	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção

	pelos adolescentes e familiares, afastamento geográfico da família de origem, integração com outras instituições e comunidade e, principalmente, grande rotatividade de profissionais, o que prejudica o estabelecimento de vínculo com a criança e o adolescente e, conseqüentemente, o atendimento adequado ao seu desenvolvimento.			
E65	Os documentos permitiram notar as descrições das ações intersetoriais e setoriais, mas não descreveram como elas são efetivadas na prática. Novas formas de captação das necessidades desta população devem ser repensadas pelos gestores de saúde.	Tese	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção
E66	O estudo revelou as dificuldades de atenção integral e as notificações precárias comprometem a elaboração de estratégias e políticas públicas. Identificada a necessidade de investimentos em equipamentos, estrutura e capacitação profissional dos agentes da rede.	Tese	Eixo operacional da rede de proteção	Serviços pertencentes a rede de proteção estratégia de intervenção
E67	Para que a enfermagem responda às demandas de forma pertinente é preciso desenvolver uma perspectiva e um quadro de referência que leve a uma atuação mais ampla e contextualizada, com abordagem multidimensional das famílias e comunidades das quais crianças e adolescentes são vítimas.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Conceito Serviços pertencentes a rede de proteção
E68	Necessidade de capacitação permanente aos profissionais da rede, com organização em nível municipal de fluxogramas para atuação dos diferentes serviços. A falta de articulação e comunicação entre os serviços, bem como a falta de clareza sobre a atuação de cada um desses serviços acaba por dificultar a proteção de crianças e adolescentes	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Políticas públicas Estratégia de intervenção Serviços pertencentes a rede de proteção

E69	A maioria dos psicólogos se mostraram favoráveis à nova legislação (lei 13.431/2017). Autonomia do profissional entrevistador na reformulação de perguntas e utilização de protocolos de entrevista.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Legislação Estratégia de intervenção
E70	Está documentado o impacto da pandemia de covid19 na violência doméstica. São insuficientes a atenção dada para as crianças que presenciam esta violência. Existe necessidade de compreender melhor este fenômeno e desenvolver estratégias para interceptar riscos e planejar programas de prevenção.	Artigo científico	Eixo operacional da rede de proteção	Estratégia de intervenção
E71	A notificação compulsória da violência é um desafio ao campo da saúde e que esse procedimento pode ser um instrumento de proteção à infância e a adolescência, quando integrado a outras práticas de cuidado.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Legislação Estratégia de intervenção
E72	O assistente social não está habilitado para mediar situações que mobilizam crianças e adolescentes em sua dimensão psíquica, em face da violência vivenciada. Intervir em tais situações implica atuar em dissonância com suas atribuições e competências, assim como desrespeito e violação à condição peculiar de desenvolvimento desse público.	Artigo científico	Eixo organizacional da rede de proteção E eixo operacional da rede de proteção	Legislação Estratégia de intervenção

5.1. EIXO ORGANIZACIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO

No tocante ao eixo organizacional da rede de proteção foram elencadas três categorias de análise: conceitos, legislação e políticas públicas.

Sobre o conceito, identificou-se as definições de criança e adolescente, de violência e de rede de proteção. As definições encontradas seguem o Estatuto da Criança e Adolescente, que classifica criança como a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente a pessoa de 12 a 18 anos completos. A Constituição Federal define crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. (E1; E17; E26; E32)

Para a definição de violência, os estudos seguiram a Organização Mundial da Saúde em que esta é definida como sendo o uso da força física para ameaçar ou praticar contra si próprio ou outra pessoa alguma ação que cause sofrimento, morte, deficiência, dano psicológico, ou que resulte em prejuízo em seu desenvolvimento ou acarrete privação. Esta manifestação ocorre de diversas formas e possui classificações diferenciadas de acordo com sua natureza e meio empregado. Por isso é entendida como um fenômeno completo de difícil enfrentamento por suas características plurais, advindas da cultura da sociedade. (E2, E10; E17; E19; E20; E38; E40; E42; E45; E48; E58)

As principais legislações abordadas foram a Constituição Federal de 1988, a Lei 8.069/90 que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 13.010/14 que instituiu o direito de serem educados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel e degradante, a Lei 13.431/17 que estabeleceu o sistema de garantias da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência, a Lei 9.603/18 que regulamentou as garantias previstas na lei anterior e o Código Penal em estudos específicos de violência sexual. (E1; E7; E10; E25; E26; E27; E32; E35; E42; E45; E58; E69; E71; E72)

Abordando sobre a definição de rede de proteção, os estudos trazem conceitos de que esta é regida por articulações entre instituições através de ações coordenadas em busca do objetivo principal que é a proteção das crianças e adolescentes. Ela é composta por diversos órgãos como, por exemplo, os serviços de assistência social e psicológica, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Poder Judiciário, Autoridades Policiais, Unidades de Saúde, Escolas e Sociedade Civil Organizada. (E6, E9; E25, E47, E48)

As políticas públicas são ações do governo elaboradas para atender a demanda institucional e garantir os direitos da criança e do adolescente. No caso específico desta população, os estudos revelaram a necessidade de priorizar a formação de equipes multidisciplinares e estabelecer normas e protocolos de ação para orientar a atuação dos profissionais priorizando a intersetorialidade como ferramenta para a efetiva assistência. O entendimento dos profissionais sobre a responsabilidade que envolve a questão é o ponto fundamental para a garantia dos direitos desta população. (E1; E5; E8; E37; E40; E45; E50; E53; E62; E68; E70).

5.2. EIXO OPERACIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO

Dentre os órgãos destinados à proteção da criança e do adolescente, podemos citar prioritariamente o Conselho Tutelar e todos os demais serviços públicos ou privados como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), as Instituições de Ensino, Delegacias de Polícia, os serviços de Atenção Primária à Saúde (APS), Hospitais e Clínicas públicas e privadas, Instituições de Acolhimento e Proteção, Igrejas, Ministério Público, Poder Judiciário e Sociedade Civil e a comunidade em geral. (E1; E2; E3; E4; E6; E8; E9; E10; E11; E12; E13; E14; E15; E16; E17; E18; E22; E23; E24; E25; E29; E30; E31; E32; E33; E36; E38; E39; E40; E41; E42; E43; E46; E47; E50; E51; E53; E54; E55; E59; E60; E61; E62; E63; E64; E65; E66; E67).

Nos casos de violência, principalmente a sexual, há previsão na legislação quanto ao direito de ter livre acesso aos serviços especializados de forma imediata, com urgência para os serviços médicos. Outra previsão é o afastamento entre agressor e vítima amparada por tutela judicial. No contexto de violência, em geral, a vítima e sua família também receberão atendimento prioritário do setor da assistência social com a participação de multiprofissionais especializados. (E17; E19; E20; E27; E28)

Como estratégia de ação foi estabelecido o Sistema de Garantia de Direito (SGD) da criança e do adolescente e toda a Rede Institucional que lhe dá sustentação. É com fundamento no artigo 86 do Estatuto da Criança e do adolescente que se determina que a política de atendimento destes direitos será efetivada por um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais no âmbito de todos os entes federativos. (E2; E8; E9; E17; E20; E34; E35; E44; E62; E68; E69).

O artigo 13 do Estatuto da Criança e Adolescente determina que os casos de suspeita ou confirmação de violência contra esta população deverão ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de serem tomadas outras providências legais por parte de autoridades. Desta forma, o notificante exerce papel fundamental para o acionamento da rede de proteção. (E20, E37; E43; E57; E66; E68; E71).

O depoimento especial e a escuta especializada das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência foram introduzidos pelas Leis nº 9.603/2018 e 13.431/2017. Deve ser observada pelos profissionais atuantes na rede de proteção e as autoridades policiais e judiciárias, com o objetivo de se identificar e caracterizar a ocorrência da violência e produzir provas que contribuam para o desfecho dos casos práticos, garantindo a inoccorrência da revitimização. (E7; E13; E20; E21; E35; E44; E49; E69; E71; E72).

6. DISCUSSÃO

A rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência está pautada em dois eixos: o primeiro compõe os elementos necessários para sua organização e, o segundo, aqueles que fundamentam a sua operacionalização.

Este estudo teve como limitação a transversalidade do tema entre a área da saúde e ciências humanas, principalmente, a jurídica, o que dificultou a busca por publicações vinculadas a esta área.

Dentro do eixo organizacional, foram encontrados os principais conceitos, entre eles, a definição prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe ser criança a pessoa com até 12 anos de idade incompletos e adolescente a que possui de 12 a 18 anos completos.⁽³⁾ Todavia esta definição não encontra coincidência com o que está estabelecido pela Organização Mundial da Saúde que conceitua adolescência como sendo o período entre 10 e 19 anos e juventude o período entre 15 e 24 anos de idade.⁽¹²⁾ A adoção de conceitos diferentes no tocante ao período da vida dos indivíduos parece ter relação com o objetivo para qual se propõe a norma. No caso do Estatuto da Criança e do Adolescente a intenção é estabelecer garantias e proteção e, no caso da Organização Mundial da Saúde o desígnio é de controle estatístico epidemiológico e formulação de políticas de saúde. No Brasil, o Ministério da Saúde também segue a orientação do órgão mundial e trata adolescente como sendo o indivíduo entre 10 e 19 anos de idade.⁽¹³⁾ Ainda na questão da idade, o Código Civil Brasileiro considera absolutamente incapaz os menores de 16 anos e relativamente capazes aqueles entre 16 e 18 anos de idade.⁽¹⁴⁾ No caso da adolescência existe um fator adicional qualificado pelo processo de desenvolvimento biológico, psíquico e social em um período de transição para a vida adulta.⁽¹³⁾

Quanto à definição de violência, a Organização Mundial da Saúde possui um conceito que serve de base geral para o entendimento do fenômeno, conforme revelado no resultado. Foi identificado que na maioria das vezes as intercorrências de violência acontecem no âmbito intrafamiliar, sendo conceituada como aquela cometida através de atos ou omissões dos pais, parentes ou responsáveis legais. Sobre as causas desta violência intrafamiliar constatou-se ser multifatorial e inclusive com características do fenômeno da repetição, aqui entendido como a reprodução pelos adultos do estilo de violência sofrido outrora. ⁽¹⁵⁾

A lei 13.431/2017⁽⁶⁾ descreve algumas formas de violência contra a criança e adolescente, que tomamos como conceito sem excluir outros tipos que também podem se apresentar ou que venham a surgir, tendo normatizado a seguinte classificação: I - Violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico; II - Violência psicológica, entendida como qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença ou *bullying* que possa comprometer a situação psíquica ou emocional. Inclui neste tipo o ato de alienação parental que prejudica vínculos familiares e qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio tornando-os testemunha; III - Violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo, compreendendo abuso sexual, exploração sexual comercial e tráfico de pessoas; IV - Violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização; V - Violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que cause

retenção, subtração, destruição de seus documentos pessoais, bens e recursos financeiros.⁽⁶⁾

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988⁽²⁾ iniciou-se uma construção do pensamento da proteção integral da criança e do adolescente que em sua evolução resultaram em marcos legais, principalmente, com o advento da Lei 8.069/90⁽³⁾, Lei 13.010/2014⁽¹⁶⁾, Lei 13.431/2017⁽⁶⁾ e Lei 9.603/2018⁽¹⁷⁾ que decorreram da necessidade de salvaguardar os direitos desta população e estabelecer um sistema de ação por parte da sociedade, autoridades, órgãos e entidades públicas e privadas, que são envolvidos para execução dos mecanismos protetivos.^(15,18)

O sistema normativo brasileiro coloca em posição de destaque e importância da proteção integral da criança e do adolescente, o que significa proteger esta população de toda e qualquer vulnerabilidade que possa desencadear algum dos tipos de violência. No tocante aos meios e ferramentas para garantir os direitos fundamentais nestes casos, o Estado possui a responsabilidade de concretização e realização de mecanismos através dos seus poderes executivo, legislativo e judiciário, com a incumbência prática a cargo da administração pública por meio dos seus serviços.⁽¹⁹⁾

Convém ressaltar que a lei 12.015/09⁽²⁰⁾, ao alterar o Código Penal, incluiu o tipo específico de crime sexual contra crianças e adolescentes, estabelecendo no artigo 217-A a previsão do estupro de vulnerável, caracterizando como vulnerável o menor de 14 anos. O conceito balizado pela norma penal instituiu a presunção absoluta de violência nos casos de qualquer ato sexual cometido contra menores de 14 anos, colocando um ponto final nas divergências de interpretações judiciais no tocante a avaliação de eventual consentimento da vítima, tendo o legislador incorporado o princípio da proteção integral da população objeto deste estudo.⁽²¹⁾

A Lei Federal nº 8.069/1990⁽³⁾ que estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem como objetivo a intervenção sob a forma de rede para os casos de violência contra criança, mencionando as portas de entrada dos serviços de saúde e os especializados da Assistência Social, além de outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.⁽³⁾

A lei 13.010/14⁽⁶⁾ conhecida como “Lei Menino Bernardo”, buscou atender as recomendações da Organização das Nações Unidas no sentido de formalizar a proibição de práticas educativas coercitivas, castigos físicos e psicológicos, torturas e outros meios. O castigo físico empregado contra criança e adolescente chega a ser socialmente tolerado ao pretexto de promover a educação e reprimir comportamento ou ações indesejadas por parte da vítima. Entretanto, quanto a efetividade desta Lei, os estudos observaram a pouca eficiência, primeiramente pelo desconhecimento desta norma, e em segundo plano a ausência de responsabilização da sociedade como um todo no tocante as medidas de proteção. As políticas públicas, em sua maioria, tratam este tipo de violência com ações de sensibilização social sem promover meios específicos de prevenção. Por isso, quando disponibilizam atendimento especializado tal se dá após a prática da violência e com intuito reparatório ou condenatório. Vislumbra-se a necessidade de descentralização das Políticas Públicas para que sejam elaboradas de acordo com a localidade de aplicação e , considerando as características regionais da sociedade, devendo, ainda, serem estruturadas para atender as demandas sociais da localidade através de ações intersetoriais.^(15,22,23)

O Decreto nº 9.603/2018⁽¹⁷⁾ estabeleceu que os órgãos que compõem o sistema de garantia de direitos e a rede de proteção são responsáveis pela detecção dos sinais de violência. Deve garantir condições de atendimento adequadas para que crianças e adolescentes vítimas de violência ou testemunhas de violência com acolhimento e

proteção para que possam se expressar livremente em um ambiente compatível com suas necessidades, características e particularidades. ⁽¹⁸⁾

O Sistema de Garantia de Direito trata de uma articulação governamental e da sociedade civil com o objetivo de implementar mecanismos destinados a dar efetivação para a defesa das garantias dos direitos humanos da criança e do adolescente, introduzindo práticas sociais e políticas públicas para atuação em rede. Considera-se rede como a interligação das ações entre os setores de saúde, educação, justiça, entre outros, com vistas ao atendimento integral à criança e adolescente. ^(4,24)

Dentre os órgãos destinados à proteção da criança e do adolescente, o principal é o Conselho Tutelar, que é designado para concentrar as notificações de ocorrências ou suspeitas de violações, dando início ao trabalho da rede e movimentando a atuação dos outros setores. Todavia foi identificado que os Conselheiros Tutelares muitas vezes não estão preparados adequadamente e tecnicamente para o enfrentamento da violência, sendo necessária a adesão da rede intersetorial no estabelecimento de protocolos com estabelecimento de fluxos de atuação para apoiar o atendimento. ⁽²⁵⁻²⁷⁾

Outro importante órgão trata-se do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, órgão de atendimento e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, tendo como objetivo de garantir a proteção integral prevista na Constituição Federal. Deve ser composto por profissionais de múltiplas áreas de formação como, por exemplo, da Psicologia, Assistência Social, Direito e Educação que por sua possibilidade de atuação técnica e profissional reúnem condições de acompanhamento e promover intervenções tanto na família quanto na rede, sendo a articulação com a rede intersetorial parte integrante do atendimento psicossocial prestado. A falta de capacitação da equipe técnica, dificulta a clareza acerca do que devem fazer e como devem atuar no contexto da Assistência Social. O atendimento prestado para as crianças e adolescentes em situação

de violência doméstica ainda se encontram em fase de construção de novas mediações de prevenção, enfrentamento e superação de violações, sem perder de vista as responsabilidades da Família, do Estado e da Sociedade na garantia da proteção integral.

(24,28,29)

A escola encontra-se no conjunto das políticas públicas que são definidas pelos governantes. Todavia, é fundamental a articulação da sociedade civil com os movimentos sociais no objetivo de legitimar as necessidades em forma de políticas públicas. Entretanto, no contexto da violência contra criança e adolescente, a escola é vista como denunciante da família e por isso surge um desconforto entre a instituição e a família “culpabilizada”; situação que dificulta o melhoramento do acompanhamento pela rede. Porém, inegável que possuem um importante papel no combate à violência contra crianças e adolescentes, não só quando efetiva uma denúncia de caso consumado, mas também na prevenção. Ocorre entre estes profissionais, a percepção da necessidade de aplicação de metodologia voltada para a prevenção do abuso sexual. Os professores compreendem o compromisso social na realização de denúncias, mas se sentem despreparados para esta função. ⁽³⁰⁻³²⁾

Quanto às Delegacias de Polícia, a pesquisa encontrou anotações dando conta de que, após a Lei 13.431/17⁽⁶⁾ começaram a se organizar para o cumprimento das diretrizes especificadas no texto legal. Entretanto, também foi possível notar a existência de relatos de dificuldades na realização do depoimento especial, sendo identificadas divergências de informações quanto aos procedimentos a serem adotados. ⁽³³⁾

Os serviços hospitalares e os setores de atendimento da saúde, públicos ou privados, também são de relevante importância para mover o fluxo da rede de proteção. Uma vez que muitas vezes promovem o atendimento das vítimas de violência, com o dever de priorizar a atenção integral para a criança ou adolescente e realizarem a

notificação para acionamento das esferas competentes. É possível observar a grande possibilidade de contribuição nas ações para a prevenção da violência contra a população objeto deste estudo. É notório que a partir do estabelecimento de notificações compulsórias, passou haver maior identificação dos profissionais de saúde com esta causa; em que ao ensejo da rotina de trabalho há possibilidade de identificação dos sinais de violência, em que pese no processo de formação dos profissionais não conter a adequada capacitação quanto ao entendimento de que fazem parte da rede de proteção. Também foram identificados elementos de ordem cultural e pessoal que são componentes complexos na individualidade destes profissionais e que de alguma forma causam impacto na tomada de decisão no momento dos procedimentos a serem realizados no atendimento da vítima. A desarticulação da rede de apoio dificulta a prestação de serviço assistencial para a vítima enquanto sob os cuidados do setor de saúde. ^(26,34-37)

Um estudo trouxe reflexão sobre a atuação do serviço eclesial no combate a violência contra crianças e adolescentes, ampliando o debate sobre este fenômeno junto às comunidades para promover a proteção destes indivíduos. Assim, foi possível a articulação com a rede de proteção para implantação de ações de denúncias de crimes praticados. ⁽³⁸⁾

As instituições de acolhimento da criança ou adolescente que por circunstância da vulnerabilidade e riscos de negligência ou violência são institucionalizadas, necessitam de investimentos para proporcionar suporte às famílias para adequação protetiva dos filhos. Também para custear a preparação da criança e do adolescente acolhidos na construção de uma vida independente nos casos em que não for possível o retorno para o convívio familiar. É possível ao Estado cumprir com as obrigações de proteção sem incorrer em violência institucional e sem métodos de opressão sobre a criança e adolescente ou sua família. ^(39,40)

Considerando-se a preconizada atuação em rede, há a necessidade de descentralização das Políticas Públicas para que sejam elaboradas ações de acordo com a localidade de aplicação e considerando as características regionais da sociedade, estruturando principalmente a intersetorialidade. As políticas públicas devem priorizar a formação de equipes multidisciplinares e estabelecer normas e protocolos de ação para orientar a atuação dos profissionais com foco na intersetorialidade como essencial ferramenta para a efetiva assistência.^(41,42)

Para que a articulação entre os serviços seja efetivada há necessidade de que os profissionais envolvidos tenham conhecimento dos princípios e eixos norteadores das ações a serem executadas. Sobretudo, que seja estabelecido um fluxo de atuação capaz de alcançar os objetivos de acolhimento, atenção, encaminhamento, prevenção e responsabilização. Foi identificada a necessidade de investimentos em equipamentos, estrutura e capacitação profissional dos agentes da rede.^(26,35,43,44)

Um estudo cuidou de analisar um programa de proteção da criança e adolescente ameaçados de morte, em que foi observado que o protegido é impactado pelos sentimento de tristeza, angústia, medo, revolta, alívio, desejo de vingança, saudade de familiares, somados à completa alteração do cotidiano e do círculo de relacionamentos. Recomenda-se nestes casos a elaboração de plano individual de atendimento. Um outro trabalho tratou sobre programas de proteção social no sentido de implementar melhorias no ambiente de acolhimento, criando condições de desenvolver atividades prazerosa capaz de permitir a expressão de autoconfiança do atendido.⁽⁴⁵⁾

A adoção de um método de intervenção através do trabalho em grupo com adolescentes vítimas de violência sexual foi alvo de análise por um estudo, que apurou ser uma ação facilitadora do atendimento psicossocial e educativo ao trazer elementos da

vida cotidiana. Desta forma, o atendimento psicossocial pode ser aprimorado e adequado constantemente, de acordo com a demanda de diálogos e interlocuções. ⁽⁴⁶⁾

Os estudos indicaram a necessidade de atuação intersetorial e multiprofissional para dar efetividade às garantias e direitos da criança e adolescente, e por isso os profissionais precisam conhecer a configuração da rede em seu respectivo município. Porém, o que foi observado nos resultados foi a constatação da precariedade da rede e a ausência de intersetorialidade. É uma situação que transforma a ação coordenada da Rede em um empecilho para dar efetividade aos mecanismos de proteção previstos em lei, tendo em vista a distância existente entre o que foi idealizado pelas diretrizes das políticas sociais com o que é praticado na realidade. ^(8,29,35,41,47,48)

Esta revisão indicou que o eixo de defesa que pertence aos trâmites dentro dos órgãos judiciais, muitas vezes não possui equipes interdisciplinares especializadas, fato que acarreta a necessidade de estruturação para agilizar os processos. Em adição, oferecer segurança efetiva ao suprir as carências do quadro funcional, especialmente, para oferecer a escuta especializada para a vítima ou testemunha em condições de evitar a revitimização e ao mesmo tempo produzir as provas necessárias para a condução e resolução processual. ⁽⁴⁹⁾

O Estatuto da Criança e do Adolescente⁽³⁾ foi o precursor dos avanços pensados para a proteção integral desta população, inclusive consolidando a consciência de responsabilidade social para colocar em prática as garantias previstas na legislação. Todavia, os estudos revelaram um descompasso entre os princípios proposto pela legislação e as ações dos profissionais envolvidos no sistema de proteção da rede. Embora exista a comprovação da falta de capacitação, o lado positivo dos resultados foi identificar que os profissionais estão mais atentos aos sinais reveladores de violência, principalmente, os educadores. Tem havido elevação do entendimento sobre a

responsabilidade que envolve a questão, sendo estes ingredientes fundamentais para a garantia dos direitos desta população. (27,50,51)

A pesquisa encontrou como resultado a existência da previsão de estratégia de ação com a criação do Sistema de Garantia de Direito da criança e do adolescente e toda a Rede Institucional que lhe dá sustentação, com fundamento no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente⁽³⁾. O artigo determina que a política de atendimento destes direitos seja efetivada por um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais no âmbito de todos os entes federativos. (52)

A falta de protocolos norteadores dos serviços da rede, bem como, a ausência de investimentos na capacitação de seus profissionais tem causado a revitimização, que no caso caracteriza-se tanto pela repetição de ações dolorosas como, por exemplo, a repetição da narrativa do fato em diversas entrevistas realizadas no mesmo serviço ou em outros e ainda pela descontinuidade do acompanhamento técnico e demora no atendimento de referência. As possibilidades do acometimento da revitimização das famílias têm implicações diretas com a violência institucional, ou seja, aquelas violências que acontecem em decorrência das dinâmicas de trabalho das próprias instituições que deveriam atuar com o acolhimento das vítimas. (53-57)

Dentro do eixo operacional importante destacar o resultado referente às notificações. O artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente⁽³⁾ determina que os casos de suspeita ou confirmação de violência contra esta população deverão ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de serem tomadas outras providências legais por parte de autoridades. Desta forma, o notificante exerce papel fundamental para o acionamento da rede de proteção. (27,58)

A notificação é o primeiro instrumento de garantia dos direitos de crianças e adolescentes diante da ocorrência ou suspeita de violência. Todavia, após o seu registro, a precariedade na comunicação na rede e a demora de tramitação do procedimento prejudicam o alcance de um resultado exitoso, muitas vezes por faltar capacitação profissional. ^(27,50,58)

Estudos identificaram que durante a pandemia houve diminuição de notificações; fato que se atribui ao período de isolamento social, revelando dificuldades de atuação das instituições de proteção. Isso evidenciou a necessidade de reformular os meios de acesso à rede e de identificação dos casos de violência, fazendo que se tornem mais eficazes e seguras, inclusive com ações de incentivo às denúncias e notificações. A precariedade das notificações prejudica a elaboração de estratégias de atuação e políticas públicas; situação que atrai a necessidade de investimentos em capacitação, estrutura e equipamentos. Outro achado importante relacionado com a pandemia de Covid-19, foi que a gestão pública não conseguiu se organizar com rapidez para o enfrentamento da violência contra as crianças e adolescentes enquanto na vivência de distanciamento social. Pressupõe-se que os casos de violência tenham aumentando ao mesmo tempo em que houve diminuição das notificações, ou seja, dando a falsa impressão de redução dos índices oficiais de violência supostamente fruto de uma conclusão maquiada pela subnotificação. A imprecisão dos dados estatísticos compromete a identificação das demandas e a elaboração e implantação de políticas públicas adequadas para a proteção das crianças e adolescentes. ⁽⁵⁹⁻⁶¹⁾

Constatou-se através dos estudos a necessidade de ampliar a pesquisa quanto ao enfrentamento da violência sexual e suas consequências, inclusive recebendo tratamento como uma questão de saúde, com o objetivo de averiguar os motivos que resultam na dificuldade das vítimas e familiares para realizar a notificação da ocorrência. Com a

realização de mais estudos será possível construir políticas públicas educativas com apelo para que as pessoas procurem pelos serviços da rede de modo também a viabilizar a descoberta precoce da vulnerabilidade e os riscos a que as crianças e adolescentes estão expostos. As políticas públicas são elaboradas conforme o entendimento do gestor público com pouca ou nenhuma participação da sociedade. (25,48,54,62,63)

Os estudos revelam que a maioria dos casos de violência são de natureza sexual e ocorrem no âmbito intrafamiliar. Por isso, normalmente há necessidade de afastamento entre agressor e vítima, situação que é amparada pela Lei 8.069/90⁽³⁾ em seu artigo 130 que dispõe sobre a possibilidade da autoridade judiciária determinar a medida cautelar de afastamento do agressor da residência onde convive com a vítima. (62,64)

Após os primeiros cuidados obtidos na rede de saúde, a vítima e sua família receberão atendimento prioritário do setor da assistência social com a participação multiprofissionais especializados. (65,66)

No tocante a violência sexual e o papel da escola, foi observado em um dos estudos que não foram identificadas nas instituições pesquisadas, a existência de protocolo de enfrentamento, ou seja, a educação sexual não é trabalhada como um tema transversal, mas apenas como risco e vitimização. (30,67)

O depoimento especial e a escuta especializada da criança e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência foram introduzidos pelas Leis nº 9.603/2018⁽¹⁷⁾ e 13.431/2017⁽⁶⁾, devendo serem observados pelos profissionais atuantes na rede de proteção e as autoridades policiais e judiciárias, com o objetivo de identificar e caracterizar a ocorrência da violência e produzir provas que contribuam para o desfecho dos casos práticos, garantindo a incoerência da revitimização. Para organização deste serviço, algumas políticas públicas equipararam a escuta especializada e depoimento especial no tocante ao objetivo de proteger a vítima associado com a produção de provas

para o processo penal, sendo que o profissional encarregado da realização vai depender da porta de ingresso da vítima ao atendimento da rede de proteção. ^(53,55,57)

Todavia, os textos legais não especificam quais seriam os procedimentos e protocolos para a realização deste depoimento ou escuta da vítima ou testemunha de violência, não estando claro quais as situações causariam sofrimento, estigmatização ou exposição desnecessária da criança ou adolescente. Também não estão definidos na norma o que seria dano psíquico e as diretrizes para avaliar os riscos de sua ocorrência. Na prática, os profissionais de Psicologia possuem consciência da importância da boa prática nas entrevistas com crianças e adolescentes, com valorização da empatia e do encorajamento com observação de técnicas para evitar sugestionar o depoimento. Por isso, é recomendável a elaboração de protocolo de apoio com o objetivo de reduzir a relutância no momento de colher as informações, e que ao mesmo tempo apoie as necessidades emocionais das vítimas. ^(55,57)

Estudos identificaram como resultado que na percepção dos profissionais da Psicologia, se houver treinamento específico para atuação no campo da escuta especializada, outros profissionais poderão realizar esta função como, por exemplo, os assistentes sociais, psiquiatras, profissionais da educação, entre outros. Existe uma concepção de que o papel do psicólogo na rede de proteção é mais de articulação do que técnico, devendo ter conhecimento da legislação para promover a descentralização de tarefas, e quando a intervenção for de ordem psicológica ela não é focada no fenômeno psíquico, mas sim na formação de conexões com a vida concreta da vítima e da família. ^(56,68)

Destacou-se o necessário investimento para implementação de atendimento psicossocial para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, ressaltando que a Psicologia tem um importante papel no âmbito das ocorrências de

violência ao atuar em conjunto com o Poder Judiciário, fornecendo subsídios técnicos aptos para embasar decisões judiciais. ⁽⁵⁰⁾

No âmbito da assistência social foi apresentada uma questão sobre o papel deste profissional quando atuante nas questões de violência e se a função a ser desempenhada é para produção de provas perquirindo a criança ou adolescente ou fornecendo atendimento de proteção e apoio. Este estudo atrai questões éticas como o sigilo profissional e a interpretação de que os assistentes sociais não estão aptos para atuarem como mediadores para a satisfação da demanda institucional perante o Poder Judiciário. ⁽⁵⁷⁾

Todos os profissionais que trabalham com crianças devem estar preparados para escutá-las sobre narrativa de eventual situação de violência. Deve-se levar em conta que é comum as vítimas iniciarem diálogos com o objetivo de verificar se podem confiar na pessoa a quem ela está inclinada a confidenciar a violência muitas vezes retida em segredo. ^(8,35)

7. LACUNAS

Quanto aos resultados obtidos nos estudos desta pesquisa, observa-se como lacuna a ausência de investigação e esclarecimentos dos motivos que ensejaram as diferentes definições de criança e adolescente com base na idade cronológica, especialmente, no tocante à divergência encontrada pelo que é fixado no Estatuto da Criança e do Adolescente e o que é adotado pelo Ministério da Saúde. Permanece a indagação sobre quais os critérios biopsicossociais que foram considerados e se esses critérios são capazes de estabelecer as condições de autodeterminação do indivíduo e o estabelecimento de interface entre os conceitos.

Sobre o conceito de violência e seus diversos tipos e modos de manifestação, foi possível notar no resultado que os estudos priorizam pesquisas sobre a violência sexual,

a física e a psicológica, em detrimento da violência institucional e patrimonial, sendo esta última sequer investigada apesar de ser muito comum na atualidade.

Quanto ao conjunto normativo criado para afirmação dos direitos e garantias da criança e do adolescente; a legislação recorrente nos estudos é aquela produzida para o âmbito nacional, havendo lacunas de análise sobre eventual normatização e regulamentação locais, seja estadual ou municipal.

Outro ponto a ser explorado reside na inexistência de estudos que abordem a construção de protocolos compartilhados entre os serviços da rede de proteção e como ocorre a realização destes, além de faltar anotações sobre registros de acompanhamento e resultados após a finalização do atendimento pela rede. Ademais, todos os estudos analisados discorrem sobre a vítima de violência, mas deixa a desejar quanto à temática da criança e adolescente que são testemunhas.

Por último, podemos citar como espaço em branco para produção científica, a investigação das questões éticas que permeiam as profissões de Psicologia, Assistência Social e até mesmo das áreas da saúde no tocante ao sigilo das informações obtidas em razão da profissão; quais as hipóteses que o sigilo pode ser quebrado e como esta situação é percebida e trabalhada pelos respectivos órgãos de classe.

8. CONCLUSÕES

Este estudo identificou como a rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência está estruturada. Observou-se que para tal existem dois eixos compostos pela organização e pela operacionalização. As unidades temáticas evidenciadas foram conceitos, construção de legislações e políticas públicas; no primeiro eixo. Estratégias de intervenção e serviços pertencentes à rede; no segundo eixo.

Como lacunas, observou-se que a definição de criança e adolescente é estabelecida base na idade cronológica, necessitando de mais investigação quanto aos critérios adotados e as condições biopsicossociais atuais. Apurou-se a inexistência de estudos que abordem, especificamente, a violência patrimonial e que analise eventuais normas e legislação estadual e municipal, situação que atrapalha o complemento de ações preventivas e corretivas.

Outra lacuna importante é a construção de protocolos compartilhados entre os diferentes serviços pertencentes a rede de proteção e suas interfaces, o que dificulta o acompanhamento e monitoramento destas crianças e adolescentes na peregrinação pela rede. Isto, além de representar um desafio para trabalho entre estas equipes ao não permitir o processo de horizontalidade da atenção prestada e definição das atribuições dos diversos profissionais e serviços.

Por fim, a investigação das questões éticas envolvendo os profissionais atuantes na rede no que se refere ao dever de sigilo também se consubstancia em lacuna, diante da necessidade de análise das hipóteses em que este pode ser quebrado para fins de produção de provas e adoção de medidas para proteção das crianças e adolescentes.

Este estudo pode se configurar em um impacto social por apontar as necessidades relacionadas à estruturação da rede de proteção às crianças e adolescentes. Ao identificar as lacunas, observam-se as fragilidades entre a estruturação da rede no diz respeito à sua organização e operacionalização, proporcionando, assim, mecanismos para reformulação de suas políticas, ações e serviços.

9. REFERÊNCIAS

1. Cabral S, Araújo Q. Os Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: De Objetos de Intervenção a Sujeitos de Direito [Internet]. 2022 [cited 2023 Jan 16]. Available from: <file:///C:/Users/gabri/Downloads/3171-Texto%20do%20artigo-22034-1-10-20220214.pdf>
2. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988.

3. Brasil. Lei Federal 8.069 de 1990. 1990.
4. Silva ACS da, Alberto M de FP. Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2019;39.
5. Lopes G dos SM, Lewgoy AMB, Marques MF. Violência intrafamiliar na Infância e Adolescência. *Serviço Social e Saúde*. 2020 Sep 4;19:e020003.
6. Brasil. Lei Federal 13.431 de 2017. 2017.
7. Costa RG da, Vieira MS. Violência contra crianças e adolescentes: da fragmentação à integralidade do atendimento. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*. 2018;4(1):68–82.
8. Ribeiro FMA, Fernandes FECV, Melo RA. Rede de Proteção a Criança e Adolescente em Situação de Violência na Visão dos Profissionais. *Revista baiana de enfermagem*. 2021;35.
9. Arksey H, O'Malley L. Scoping studies: towards a methodological framework. *Int J Soc Res Methodol*. 2005 Feb;8(1):19–32.
10. Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Ann Intern Med*. 2018 Oct 2;169(7):467–73.
11. Levac D, Colquhoun H, O'brien KK. Scoping studies: advancing the methodology. 2010;5:69. Available from: <http://www.cihir-irsc.ca>
12. Santos M de J, Mascarenhas MDM, Rodrigues MTP, Monteiro RA. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 2018 May;27(2).
13. Brazil. Ministério da Saúde. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Editora MS; 2005. 58 p.
14. BRASIL. Lei Federal 10.406 de 2002. planalto [Internet]. 2022 [cited 2023 Jan 17]; Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm
15. Bussinger RV, da Silva RS, Costa B de A. O Processo de (Des) Naturalização Das Práticas Punitivas a partir da Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei 13.010/2014. *Revista da Faculdade de Educaçãõ Jo (Universidade do Estado de Mato Grosso)*. 2020;34(2):243–63.
16. BRASIL. Lei 13.010 de 2014. 2014;
17. BRASIL. Lei 9.603 de 2018. 2018;
18. Campos HR, Abreu MA, Paiva MO. Violação de direitos de crianças e adolescentes: elementos para uma reflexão metodológica na pesquisa social. *Barbarói [Internet]*. 2018;(52):114–30. Available from: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/8587>
19. Espezim dos Santos DM, Veronese JRP. A proteção integral e o enfrentamento de vulnerabilidades infantoadolescentes. *Revista de Direito*. 2019;10(2):109–57.
20. BRASIL. Lei 12.015 de 2009. 2009;
21. Dias FDV. O Estupro de Vulnerável na Perspectiva da Proteção Integral de Direitos a Crianças e Adolescentes - A Uniformização da Interpretação do Superior Tribunal de Justiça. *Revista direitos fundamentais & democracia*. 2018;23(1):134.
22. Trindade A de A, Hohendorff J von. Efetivação da Lei Menino Bernardo pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes. *Cad Saude Publica*. 2020;36(10).
23. Custódio AV, Cassionato ASA. proteção de crianças e adolescentes contra castigos físicos aplicados por pais ou responsáveis. *Libertas*. 2021 Jun 19;21(1):323–46.
24. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: olhares sobre a rede de apoio. *Rev Gaucha Enferm*. 2017;37(spe).

25. Trindade A de A, Anjos L dos SS dos, von Hohendorff J. Recebimento e encaminhamentos de notificações de casos de violência sexual pelo conselho tutelar. *Revista da SPAGESP*. 2021;22(1):22–38.
26. Lira SVG, Moreira DP, Carneiro GMA, Noronha CV, Vieira LJE de S. Articulação entre o conselho tutelar e o setor saúde no enfrentamento à violência intrafamiliar. *Trab educ saúde* [Internet]. 2018;16(2):821–35. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000200821
27. da Silva VMG, Garcia J. A notificação compulsória da violência contra crianças e adolescentes e seus desdobramentos via Conselho Tutelar. *DESIDADES - Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*. 2022 Feb 4;(31).
28. Martins JS, Santos DK dos. Atendimentos Psicossociais a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Percepções de Psicólogas de um Creas/Paefi. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2022;42.
29. Franceschini MCT. A construção da intersetorialidade: o caso da Rede Intersetorial Guarulhos Cidade que Protege [Internet]. 2019. p. 397. Available from: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6140/tde-09092019-093125/>
30. Campos DC, Urnau LC. Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Reflexão sobre o papel da Escola. *Psicologia Escolar e Educacional (Online)*. 2021;25.
31. Santos M de J, Mascarenhas MDM, Rodrigues MTP, Monteiro RA. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. *Epidemiol serv saúde* [Internet]. 2018;27(2):e2017059–e2017059. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222018000200305
32. Faraj SP, Scott JB, Siqueira AC. Escola como um espaço de prevenção da violência: um relato de experiência. *Barbarói* [Internet]. 2020;(57):254–73. Available from: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/11266>
33. Corrêa F, Hohendorff J von. Atuação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente em Casos de Violência Sexual. *Estud pesqui psicol (Impr)* [Internet]. 2020;20(1):09–29. Available from: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/50787/33524>
34. Moreira T do NC. A atuação da atenção hospitalar como ponto da Rede de Enfrentamento à violência contra criança. [Rio de Janeiro]: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2022.
35. Santos LF, Javaé ACR de S, Costa MM da, Silva M da VFB, Mutti CF, Pacheco LR. Experiências de profissionais de saúde no manejo da violência infantil. *Rev baiana enferm* [Internet]. 2019;33:e33282–e33282. Available from: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502019000100340
36. Nunes LS. Abuso infantil: significados e condutas de dentistas da Estratégia Saúde da Família de Belo Horizonte: um estudo qualitativo [Internet]. 2020. p. 94–94. Available from: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/41524>
37. Santos EP dos. Potencialidades e limites dos documentos municipais de saúde para o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes [Internet]. 2018. p. 88 p-88 p. Available from: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-08052019-174737/pt-br.php>
38. Sanches MA, Vieira K, de Carli EFR de S. Abuso sexual de crianças e adolescentes. *Revista Pistis Praxis*. 2022 May 23;14(1).
39. Acioli RML, Barreira AK, Lima MLC de, Lima MLLT de, Assis SG de. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciênc*

- Saúde Colet (Impr) [Internet]. 2018;23(2):529–42. Available from: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000200529
40. Couto RMB do, Rizzini I. Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua: pesquisa e políticas públicas. *Textos contextos (Porto Alegre)* [Internet]. 2022;21(1):39173. Available from: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/39173/26764>
 41. Silva LM, Boarini ML. Intersetorialidade e políticas sociais no contexto brasileiro: desafios para a proteção integral infantojuvenil. *Psicología, conocimiento y sociedad*. 2022 Mar 17;12(1):58–83.
 42. de Oliveira Alves A, Alves da Silva R, Beraldo Gonçalves NC. Reflexões sobre a trajetória da Assistência Social nas políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de violência doméstica (Reflections about Social Assistance trajectory on policies to assist children and adolescents in ...). *Emancipação*. 2020;20(20).
 43. Nunes MCA, Morais NA de. Práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual: revisão da literatura nacional. *Psicol ciênc prof* [Internet]. 2021;41:e227527–e227527. Available from: ["http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932021000100157", "<https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/nk63s>"]
 44. Neves Nunes SA, Guimarães RS de, Borges FJS, Maia MS, Belo ML, Soares LF, et al. A violência contra a criança e o adolescente na perspectiva de Agentes Comunitários da Saúde. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*. 2020 May 4;11(1):135.
 45. Ferro MJSAR, Serrano BO, Santana JP. “Sinto que renasci”: a inserção de adolescentes em um Programa de Proteção. *DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud*. 2021;(30):162–79.
 46. Barros AS de, Machado VM, Silva EA da. Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual. *Revista de educação popular*. 2021;20(1):304–24.
 47. Rocha SC, Lima PDM. Educação, sistema de justiça e as peças que compõem as políticas públicas para a proteção, defesa e garantia dos direitos à infância. *EccoS – Revista Científica*. 2022;(60):1–18.
 48. von Hohendorff J, Dapieve Patias N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*. 2017 Dec 12;239–57.
 49. Galvão AC, Morais JB de, Santos N. Serviço Social e escuta especializada: proteção integral ou produção antecipada de provas? *Serviço social e sociedade*. 2020;(138):263–82.
 50. Cezar PK, Arpini DM, Goetz ER. Registros de Notificação Compulsória de Violência Envolvendo Crianças e Adolescentes. *Psicol ciênc prof* [Internet]. 2017;37(2):432–45. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200432
 51. Sanches MAntonioVKathleenCEFR de S de. Abuso sexual de crianças e adolescentes. *Revista Pistis & praxis : teologia e pastoral*. 2022;14(1).
 52. Correia PC, Rodrigues Navas Zamora MH, Bicalho PP. Em nome da proteção: crianças, adolescentes e seus direitos violados. *Revista Polis e Psique*. 2019 Jan 1;8(3):180.

53. Arend SMF, Lohn RL. Sobre a oitiva de crianças e adolescentes na justiça: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. 2020 Dec 11;12(24):234–54.
54. Violência sexual contra crianças: a proteção integral e a materialidade dos crimes sexuais. 2017.
55. Faizibaioff DS, Tardivo LS de LPC. Avaliação do dano psíquico associado ao depoimento especial. Estudos Interdisciplinares em Psicologia. 2021 Jul 12;12(1supl):154.
56. Sanson JA da S, Hohendorff J von. Depoimento Especial a partir de Opiniões de Psicólogos Brasileiros Atuantes nessa Prática. Psico usf. 2021;26(1):27–39.
57. Galvão AC, Moraes JB de, Santos N. Serviço Social e escuta especializada: proteção integral ou produção antecipada de provas? Serv soc soc [Internet]. 2020;(138):263–82. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200263
58. Silva Junior GB da, Rolim ACA, Moreira GAR, Corrêa CRS, Vieira LJE de S. Identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por médicos de família no Ceará. Trab educ saúde [Internet]. 2017;15(2):469–84. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000200469
59. Levandowski ML, Stahnke DN, Munhoz TN, Hohendorff J von, Salvador-Silva R. Proteção infantil durante a COVID-19: até quando os casos de maus-tratos infantis continuarão sendo subnotificados? Cad Saúde Pública (Online) [Internet]. 2021;37(5):e00078421–e00078421. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2021000507002
60. Rodrigues JP, Garcia VA, Tristão TA. Covid-19, Estatuto da Criança e do Adolescente e o papel de educadoras e educadores sociais no Brasil: sobre o sobreviver e o cuidado mútuo Covid-19, Children and Adolescents Statute and the role of social educators in Brazil: on surviving and mutual. Saber & educar. 2021;(29).
61. Shimabukuro LH, Sakata-So KN, Fornari LF, Egry EY. Políticas e programas para o enfrentamento da violência doméstica contra as crianças: Algo novo na pandemia da COVID-19? New Trends in Qualitative Research. 2021;8:234–44.
62. Os desafios na materialização do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, no âmbito da política de assistência social. 2018.
63. Aznar-Blefari C, Schaefer LS, Pelisoli C da L, Habigzang LF. Atuação de psicólogos em alegações de violência sexual: boas práticas nas entrevistas de crianças e adolescentes. Psico USF [Internet]. 2020;25(4):625–35. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712020000400625
64. Nunes MCA, Moraes NA de. Práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual: revisão da literatura nacional. Psicol ciênc prof [Internet]. 2021;41:e227527–e227527. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932021000100157
65. Custódio AV, Cassionato ASAC. VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL E O ATENDIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Revista de Estudos Empíricos em Direito. 2022;9:1–33.
66. Mastroianni F de C, Alves ÂAR, Fernandes ABA, Leão AM de C. Violência sexual infantojuvenil: contribuições e responsabilidades dos profissionais de psicologia. Estudos Interdisciplinares em Psicologia. 2021 Jul 12;12(1supl):40.

67. Oliveira APF de, Souza MS de, Sabino FH de O, Vicente AR, Carlos DM. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. Escola Anna Nery. 2022;26(spe).
68. Macedo EOS de, Conceição MIG. Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência: o psicólogo e a rede de atenção. Pesqui prátics psicossociais [Internet]. 2017;12(1):129–46. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100010

ANEXO 1- PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation.

Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) Checklist

SECTION	ITEM	PRISMA-ScR CHECKLIST ITEM	REPORTED ON PAGE #
TITLE			
Title	1	Identify the report as a scoping review.	
ABSTRACT			
Structured summary	2	Provide a structured summary that includes (as applicable): background, objectives, eligibility criteria, sources of evidence, charting methods, results, and conclusions that relate to the review questions and objectives.	
INTRODUCTION			
Rationale	3	Describe the rationale for the review in the context of what is already known. Explain why the review questions/objectives lend themselves to a scoping review approach.	
Objectives	4	Provide an explicit statement of the questions and objectives being addressed with reference to their key elements (e.g., population or participants, concepts, and context) or other relevant key elements used to conceptualize the review questions and/or objectives.	
METHODS			
Protocol and registration	5	Indicate whether a review protocol exists; state if and where it can be accessed (e.g., a Web address); and if available, provide registration information, including the registration number.	
Eligibility criteria	6	Specify characteristics of the sources of evidence used as eligibility criteria (e.g., years considered, language, and publication status), and provide a rationale.	
Information sources*	7	Describe all information sources in the search (e.g., databases with dates of coverage and contact with authors to identify additional sources), as well as the date the most recent search was executed.	
Search	8	Present the full electronic search strategy for at least 1 database, including any limits used, such that it could be repeated.	
Selection of sources of evidence†	9	State the process for selecting sources of evidence (i.e., screening and eligibility) included in the scoping review.	
Data charting process‡	10	Describe the methods of charting data from the included sources of evidence (e.g., calibrated forms or forms that have been tested by the team before their use, and whether data charting was done independently or in duplicate) and any processes for obtaining and confirming data from investigators.	
Data items	11	List and define all variables for which data were sought and any assumptions and simplifications made.	
Critical appraisal of individual sources of evidence§	12	If done, provide a rationale for conducting a critical appraisal of included sources of evidence; describe the methods used and how this information was used in any data synthesis (if appropriate).	
Synthesis of results	13	Describe the methods of handling and summarizing the data that were charted.	



SECTION	ITEM	PRISMA-ScR CHECKLIST ITEM	REPORTED ON PAGE #
RESULTS			
Selection of sources of evidence	14	Give numbers of sources of evidence screened, assessed for eligibility, and included in the review, with reasons for exclusions at each stage, ideally using a flow diagram.	
Characteristics of sources of evidence	15	For each source of evidence, present characteristics for which data were charted and provide the citations.	
Critical appraisal within sources of evidence	16	If done, present data on critical appraisal of included sources of evidence (see item 12).	
Results of individual sources of evidence	17	For each included source of evidence, present the relevant data that were charted that relate to the review questions and objectives.	
Synthesis of results	18	Summarize and/or present the charting results as they relate to the review questions and objectives.	
DISCUSSION			
Summary of evidence	19	Summarize the main results (including an overview of concepts, themes, and types of evidence available), link to the review questions and objectives, and consider the relevance to key groups.	
Limitations	20	Discuss the limitations of the scoping review process.	
Conclusions	21	Provide a general interpretation of the results with respect to the review questions and objectives, as well as potential implications and/or next steps.	
FUNDING			
Funding	22	Describe sources of funding for the included sources of evidence, as well as sources of funding for the scoping review. Describe the role of the funders of the scoping review.	

JBri = Joanna Briggs Institute; PRISMA-ScR = Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews.

* Where sources of evidence (see second footnote) are compiled from, such as bibliographic databases, social media platforms, and Web sites.

† A more inclusive/heterogeneous term used to account for the different types of evidence or data sources (e.g., quantitative and/or qualitative research, expert opinion, and policy documents) that may be eligible in a scoping review as opposed to only studies. This is not to be confused with information sources (see first footnote).

‡ The frameworks by Arksey and O'Malley (6) and Levac and colleagues (7) and the JBri guidance (4, 5) refer to the process of data extraction in a scoping review as data charting.

§ The process of systematically examining research evidence to assess its validity, results, and relevance before using it to inform a decision. This term is used for items 12 and 19 instead of "risk of bias" (which is more applicable to systematic reviews of interventions) to include and acknowledge the various sources of evidence that may be used in a scoping review (e.g., quantitative and/or qualitative research, expert opinion, and policy document).

From: Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Ann Intern Med*. 2018;169:467-473. doi: 10.7326/M18-0850.

